



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE



**TRANSCRIÇÃO DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE
ECONOMIA E MEIO AMBIENTE**

12 de fevereiro de 2008

Auditório João Guimarães Rosa/ Ministério da Cultura
Esplanada dos Ministérios, bloco B, térreo.
Brasília/DF.

(Transcrição *ipsis verbis*)

29 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Governo de Sergipe)** - Senhores e Senhoras, bom
30 dia. Vamos dar início a nossa sessão dia 12 de fevereiro de 2008, segundo dia de reunião da
31 nossa Comissão, Comissão Técnica de Economia e Meio ambiente. Acredito que tivemos
32 ontem um progresso muito grande, conseguimos “matar”, um termo meio vulgar, um processo
33 que já vinha caminhando há mais de três anos e que finalmente a gente, pelo menos, apontou
34 as diretrizes que vão ilustrar num futuro muito próximo a definição dos indicadores ambientais.
35 Vamos para a pauta de hoje, também uma pauta um pouco extensa e como segundo item da
36 pauta nós temos aqui apresentação do relatório do Seminário de Cuiabá, relatório da comissão
37 de sistematização do seminário de Instrumentos Econômicos para Gestão Ambiental Rural na
38 Amazônia realizada em Cuiabá entre 20 e 21 de agosto de 2007. O encaminhamento seria, ou
39 será, a apresentação das propostas oriundas do seminário e discussão sobre
40 encaminhamentos com apoio de representantes das áreas do Ministério do Meio Ambiente.
41 Estão aqui os representantes das áreas do Ministério do Meio Ambiente, alguns deles. Então
42 eu vou passar a palavra a Fernando já que ele participou efetivamente dessa reunião em
43 Cuiabá e depois nós avançamos nas discussões.

44

45

46 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Bom dia a todos. O ano passado entre
47 os dias 21 e 22 de agosto nós realizamos em Cuiabá o Seminário de Instrumentos Econômicos
48 para Gestão Ambiental Rural na Amazônia que foi uma decisão do plenário do CONAMA em
49 reunião extraordinária realizada em 2005 também em Cuiabá. Naquela oportunidade foi
50 discutida a questão do desmatamento e da agropecuária e foi decidido que se faria um
51 seminário para aprofundar a relação entre esses dois fenômenos e esse seminário foi depois,
52 posteriormente, incumbida a Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente, por pertinência,
53 para organização e para pensar, e para organizar o seminário. Isso começou a ser feito o ano
54 passado, em março, na nona reunião dessa câmara e a câmara criou uma comissão
55 organizadora composta por todos os segmentos que compõem o CONAMA. A CNA
56 representada aqui pelo Dr. João Carlos de Carli participou da comissão organizadora também,
57 o Governo do Estado de Mato Grosso por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente, a
58 Secretaria do CONAMA, os Departamentos da Amazônia e de Desenvolvimento Sustentável,
59 assim como, o Ministério da agricultura que posteriormente acabou até se unindo a
60 organização e contribuiu, o ICV também, a ONG representante das Organizações Não
61 Governamentais do Centro-Oeste, lá de Cuiabá que também participou da comissão
62 organizadora. E nós realizamos esse seminário com o apoio da Assembléia Legislativa do
63 Estado e foi um sucesso. Nós tivemos cerca de 20 palestrantes. Foram dois dias em Cuiabá, a
64 Ministra Marina Silva abriu o seminário ao lado do Governador Blairo Maggi. Foi um grande
65 evento do qual todas as propostas estão sistematizadas nesse relatório e todas as
66 apresentações dos palestrantes estão disponíveis no sítio do CONAMA na página específica
67 do seminário de Cuiabá. O relatório que na verdade é uma lista de propostas, que vocês
68 tiveram acesso, nós também divulgamos na página da Câmara. Ele foi realizado com apoio do
69 Departamento de Economia e Meio Ambiente e ele condensa as principais propostas trazidas
70 pelos palestrantes e também pelo público, lá em Cuiabá, e agrupa em determinadas áreas de
71 afinidade para possibilitar a compreensão. A idéia original era que o seminário trouxesse
72 sugestões de trabalho a Câmara Técnica, a Câmara Técnica pudesse pensar o aspecto
73 referente aos instrumentos econômicos voltados ao desenvolvimento sustentável e com base
74 nesse seminário ter sugestões, ter propostas para poder trabalhar daqui para frente nos seus
75 encaminhamentos. Então, nessa apresentação, nós temos aqui algumas áreas que foram
76 convidadas do MMA para participar, gentilmente aceitaram o nosso convite e estão aqui
77 dispondo do seu tempo. Então, podemos passar direto a eles. Eu convido então, não por
78 ordem de preferência, mas o Departamento de Economia e Meio Ambiente, Dr. Shigeo Shiki,
79 porque o Departamento de Economia que tem mais temas relacionados. Então, nós
80 poderíamos começar por esses aspectos e ele faria então uma fala e aí depois os Conselheiros
81 e outros participantes que tiverem alguma pergunta, algo que nós pudéssemos aprofundar e a
82 partir daí depois nós pensaremos as nossas propostas dentro da Câmara Técnica para nossa
83 atuação.

84

85

86O SR. SHIGEO SHIKI (Departamento de Economia e Meio Ambiente) – Na verdade o *Dr.*
87*Merico* que é o diretor do Departamento de Economia que solicitou que nós viéssemos. Ele
88estaria presente aqui hoje, mas infelizmente está trabalhando, foi convocado pela Ministra para
89trabalhar junto a essa questão que está sendo discutida aí. Ontem, nós tivemos aí uma reunião
90com os bancos e o presidente Lula na forma, aliás, um dos assuntos aqui. Nós poderíamos até
91começar por esse assunto. Nesse primeiro tema aí dos bancos, quer dizer, a atuação da gente
92tem sido essa de orientar aos bancos para financiar atividades sustentáveis aí. Então, mediante
93o incentivo e principalmente já tendo, nesse assunto até, quer dizer, o *Dr. Merico* está nesse
94momento trabalhando com a Ministra para formular após a reunião de ontem com os bancos.
95Que tipo de medidas seriam possíveis para que não, nesse caso, não se incentivasse o
96desmatamento na Amazônia. Então, quer dizer isso já está acontecendo. Não se trata aí,
97diretamente, de procedimentos internos do banco porque isso é uma ação que deve, quer
98dizer, antes de fazer uma discussão mais política de que tipo de instrumento é possível e é
99necessário para que o desmatamento não avance. Então, isso que está sendo feito hoje,
100discutido hoje lá, mais são medidas de caráter emergencial, mas de qualquer maneira, já de
101fundo para que o financiamento que está sendo feito hoje. Quer dizer, pelo BASA, pelo
102BNDES, na verdade, eles são estímulos, de fato, a atividades econômicas, pecuária e
103agricultura, principalmente, mas que tem sido um incentivo ao desmatamento. Então, como é
104que no ato de financiar se possa introduzir critérios que possam fazer com que o financiamento
105não contribua para maior desmatamento, enfim. Aqui está listado na listagem: ter melhoria de
106procedimentos internos para análise de projetos. Quer dizer, isso significa já entrar no
107procedimento bancário mesmo, quer dizer, depois que essas medidas de política maior forem
108sendo definidas. Então, eu acho que aí é um pouco, uma medida anterior que inclusive na
109própria adequação da taxa de juros, aí sim, uma política realmente de que aí nesse caso mais
110de incentivo. Quer dizer, ou você taxa mais as atividades que são, enfim, que levam ao
111desmatamento, mas de incentivo aquelas atividades que tem o potencial, que nós chamamos
112de atividades sustentáveis. Bom isso é um pouco da tentativa de atuar junto aos bancos. Quer
113dizer, isso é um pouco da nossa tarefa de influir, quer dizer, além daquilo que já tem do
114protocolo verde, fazer com que os bancos hajam diretamente em atividades sustentáveis. Outro
115ponto que está... Bom, então, quer dizer, de fato a considerar essas atividades sustentáveis,
116isso de fato você tem que, como já está... Essa discussão já está na agenda, enfim, não sei se
117precisa de maiores comentários aí sobre o que incluir, digamos, de fato, por exemplo:
118atividades de reflorestamento, uso das áreas de reservas legal, como recuperar isso. Isso tudo
119está dentro dessa discussão que está com os bancos atualmente aí. O segundo ponto aí dos
120fundos constitucionais principalmente os três que afetam... Bom, aí já no segundo ponto com
121relação aos fundos, nós contratamos, com recursos da CEPAL, uma consultoria que estuda
122esses critérios ambientais utilizados pelos fundos constitucionais aí. Na verdade, o estudo que
123foi encomendado foi mais aos bancos no caso BASA, BNB e Banco do Brasil que aplicam
124esses fundos constitucionais em três programas diferentes mais voltados aí para atividades
125sustentáveis, que é o Pró-Natureza do banco do BASA, o Banco do Brasil também tem um
126programa, agora não me recordo exatamente o nome, e também o Banco do Nordeste Brasil
127que tem uma linha específica para atividades sustentáveis. Então, esse é o foco principal da
128análise que o professor Carlos está fazendo e também nós solicitamos que ele fizesse um
129estudo já de projetos em que esses financiamentos ocorreram, principalmente de investimento.
130Como é que esses critérios, como é que se aplicou, digamos, esses critérios ambientais? Ou
131se efetivamente estavam sendo considerados ou não. Claro que isso não vai fazer todo o
132levantamento de investimentos passados com critérios ambientais, mas, quer dizer, alguma
133amostra que pudesse dar uma idéia de quão efetivo estão sendo esses critérios aplicados
134nesses financiamentos, mas nós tivemos aí um relatório preliminar, bastante preliminar, ainda
135agora nessa semana e provavelmente dentro de um mês ou pouco o vai está entregando o
136relatório completo, enfim. Tem esse tipo de iniciativa. No que se refere ao índice de
137investimentos sustentáveis. Esse é outro assunto que nós estamos nos debatendo, mas
138tentando iniciar com atividades, investimentos feitos pelo poder público. Então, são
139investimentos públicos que vão ser analisados. Isso é uma proposta ainda, nós estamos ainda
140tentando colocar isso dentro de um financiamento que tem aí do TAL, enfim, acho que não vale
141a pena nós ficamos aqui detalhando isso, mas para nós conhecemos um pouco onde é que o
142Governo está investindo. Se são em atividades sustentáveis ou não, quer dizer, e aí a partir
143disso construir um índice que estamos chamando de índice de sustentabilidade do investimento

144 público. Aí se refere em investimento em áreas onde haja benefícios ambientais. Então, há
145 ponderações aí na área de energia solar ou mesmo hidroelétricas e atividades produtivas
146 também que o poder público investe, em saneamento público, enfim. Aí são as várias áreas de
147 biodiversidade, proteção de biodiversidade, enfim. São as diversas áreas de conservação e de
148 proteção ao meio ambiente, nos quais o poder público investe. Aí nós estamos começando
149 simplesmente pelo Poder Público Federal para nós criarmos esses indicadores, que nós
150 possamos medir, posteriormente, acompanhar onde é que estão sendo feitos esses
151 investimentos, em que áreas estão sendo mais concentradas, enfim. Dá para os tomadores de
152 decisão ter uma idéia se querem incentivar mesmo atividades sustentáveis, aonde é que o
153 poder público deveria investir. E aí depois, então, isso está simplesmente o início para nós
154 termos uma noção de como é que se pode utilizar um instrumento como esse para poder
155 gerenciar. Bom, aí depois pode ser utilizados tanto pelos Estados como pelos Municípios, mas
156 isso não está sendo referido a investimentos privados. Quer dizer, aí seria através dos bancos
157 que poderia ser direcionado ou pelo menos introduzir esses critérios em investimentos privados
158 aí. Então, com relação aos fundos seria isso. No que refere a impostos, aí já seguindo mais
159 para outro item. Essa sugestão de criação do imposto de renda, do ICMS ecológico aos
160 estados. Aí muitos estados já estão com esse tipo de instrumento sendo utilizado, muitos deles
161 com bastante sucesso, outros ainda engatinhando. Não sei ao todo, mas deve ter hoje perto de
162 17 estados que se não implementaram, já estão com idéias ou de projetos de lei estaduais para
163 implementação. Faltando então, poucos aqueles que não se interessaram e aí veja são um
164 pouco dos estados amazônicos aí que, de fato, não têm muito ganho com o ICMS ecológico,
165 uma vez que ele se baseia, esse é o tipo de instrumento que se baseia, primeiro em cobertura
166 vegetal ou então áreas preservadas, ou protegidas pelo poder público para criar um diferencial
167 compensatório no ICMS para ser repassado aos municípios para que possa utilizar esse fundo
168 a mais de recursos que recebe do ICMS para aplicar em investimentos ambientais, ou seja, na
169 própria conservação ou mesmo outros. Então, é essa a idéia, mas para os estados
170 amazônicos, eu acho, que o interesse maior seria com o fundo de participação dos estados
171 verdes, porque aí sim, também dessa mesma natureza, significa um fundo compensatório.
172 Quer dizer, você onera digamos, estados que têm pouca área protegida e beneficia os estados,
173 aí sim, estados que protegem mais e ficam ganhando com o chamado fundo de participação
174 dos estados verdes. Então, e do interesse dos estados amazônicos, como têm grande área de
175 cobertura protegida também, mas também de cobertura. Então, interessaria muito pouco por
176 um e mais por outro tipo de instrumento econômico. Então, mas essa idéia de incentivar aos
177 outros estados que também não tem ainda esse instrumento tipo ICMS ecológico, nós estamos
178 incluindo no programa do PNMA II, a chamada segunda fase, que começa agora em 2008. Um
179 pouco no tipo de proposta de capacitação dos estados para eles estimulem instrumentos
180 econômicos. Esse é um programa que estamos... Já incluiu para os estados, além de outros,
181 mas principalmente os instrumentos econômicos que beneficiem... Bom, entrem nessa agenda
182 de mudança climática, ou seja, pretenda mitigar mudanças climáticas, por exemplo, isso seria
183 prioridade, mas também incluir outros instrumentos que possam beneficiar aí o meio ambiente
184 inclusive o ICMS ecológico. Então, isso também já é uma atividade que está prevista para
185 apoiar os governos de estados quanto a instrumentos econômicos. Pagamento por serviços
186 ambientais. Esse é um... Nós estamos acompanhando as iniciativas do legislativo que já têm 6
187 projetos de lei sobre esse mesmo assunto na Câmara, já em votação, já em análise, já tem um
188 relator que é o deputado Jorge Cury que está relatando esses 6 projetos e a idéia do executivo,
189 do Governo é de apresentar uma proposta nossa, porque, mais para complementar os
190 aspectos de utilização de fundos públicos de orçamento para pagamento por serviços
191 ambientais porque a própria legislação dos 5 ainda não está incluído esse aspecto até por um
192 impedimento político que tem com relação a isso, do legislativo não poder onerar, digamos, o
193 tesouro com relação e isso teria que ser iniciativa do executivo, então, é por isso que estamos
194 apresentando essa parte da proposta de criação ou não de um fundo ou pelo menos abertura
195 para que se utilize fundos públicos para pagamento por serviços ambientais. Então, essa é a
196 fase que se encontra essa discussão e depois evidentemente já pensando em como
197 implementar isso na fase de normatização ou de regulamentação desse projeto de lei que está
198 para ser votado aí ainda esse ano.

199

200

201 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (SEDH)** -. Por favor, eu queria um esclarecimento.
202 Aquele item treze: isenção de tributos a ao os bens e serviços necessários a recuperação
203 ambiental.

204

205 **O SR. SHIGEO SHIKI (Departamento de Economia e Meio Ambiente)** – O senhor quer
206 esclarecimento sobre o que seria isso.

207

208

209 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (SEDH)** - Essa proposta que foi feita. Eu achei assim,
210 um tipo de incentivo que, como se diz, a pessoa desmata tem o crime tudo isso e vai dar
211 incentivo para a recuperação. Nesse sentido? A não ser o financiamento que é normal. Aí eu
212 fiquei pensando nisso aí. A cooperação no sentido de esclarecimento nesse sentido, porque às
213 vezes pode ser que né... Eu estou pensando... A gente vê meio solto. Pensei financiamento,
214 tudo bem, essas coisas, mas agora fiquei meio... Como foi feita essa proposta?

215

216

217 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Como eu falei no começo essas foram
218 as proposta trazidas pelo Seminário, pelas pessoas que estavam lá e as perguntas que o
219 público fazia aos palestrantes. Então, como houve bastante discussão nesse sentido, então a
220 idéia está contemplada aqui, mas não significa que necessariamente vai ter uma ação tanto do
221 CONAMA ou MMA a respeito. Só estou esclarecendo que foi uma proposta trazida do
222 Seminário e que a Câmara Técnica pode discutir, pode aprofundar, onde pode entrar ou não.
223 Critérios, se for o caso. Se couber a competência do CONAMA, enfim. São propostas que
224 foram colhidas lá no seminário.

225

226

227 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (SEDH)** - Os outros estão esclarecidos, deu para
228 entender, agora isso ficou muito geral.

229

230

231 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Bom dia a todos. Uma coisa
232 que tem que ser colocada bem claro. É que existe hoje um passivo ambiental. De 89 para cá,
233 todo o problema que temos hoje na parte do setor agropecuário muito vem depois, se não me
234 engano, 89 quando teve uma alteração do código florestal, que antigamente a área de
235 preservação permanente era 5 metros e passou até 500 metros dependendo do tamanho do
236 córrego, dentre outras coisas. Como agora em 2001 ou 2002, não me lembro, que foi a
237 definição do que é um topo de morro, que foi a colocação do manguezal no seu todo como
238 sendo área de preservação permanente, a criação de dunas como área de preservação
239 permanente. Então, o que é colocado é o seguinte: na luz da lei da época, as pessoas não
240 estavam irregulares. Entendeu? Então, quando você coloca, por exemplo, hoje eu para fazer
241 uma recuperação de uma APP, porque uma coisa que o meu setor, nós discordamos da
242 reserva legal, porque nós pensamos que isso não existe ganho ambiental nenhum. Mas na
243 APP, por exemplo, ninguém discordada da importância de uma APP, dar o exemplo claro de
244 uma mata ciliar para o rio. Só que quando você chega na luz da lei a cinco metros e coloca
245 todo o seu equipamento, seus tanques e etc. na época legal e agora ilegal. Primeiro você tem o
246 custo para sair e segundo você tem o custo para recuperar. Hoje nós temos dados que um
247 hectare de recuperação de mata ciliar chega de cinco mil a treze mil reais, ou seja, você está
248 pagando ai imposto em cima de adubo, mão-de-obra e outras coisas. Então, no que eu vejo
249 nisso ai é você dar a isenção por conta dessa mudança da lei, que as pessoas querem se
250 adequar, mas é impossível. Você quer se adequar, mas é impossível. Quem hoje, vou botar um
251 assentamento, quem hoje no assentamento tem cinco mil reais para fazer um hectare de mata
252 ciliar. Então, isso acredito eu, eu não participei, participei da organização, mas isso foi colocado
253 durante a reunião também. Isso vem muitos anos que vimos colocando a importância dessa
254 isenção exatamente por conta disso, que as pessoas que querem se regularizar não consegue
255 por conta do custo. É mais barato continuar na ilegalidade, eu não digo nem mais barato, digo
256 que é impossível você ficar legal. Eu entendo como seria essa isenção de tributos, dentre
257 outras coisas. Eu coloquei só do setor agropecuário. Só um item que seria a mata ciliar.

258

259

260 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (SEDH)** - Porque está muito solto proposta. Está
261 esclarecido. Estou satisfeito com o esclarecimento.

262

263

264 **O SR. SHIGEO SHIKI (Departamento de Economia e Meio Ambiente)** – Eu poderia
265 acrescentar aí mais algumas coisas. Que não está... Por que como está muito geral aí. É que
266 tem algumas propostas já feitas, inclusive, até pelo próprio Ministério do Meio Ambiente no
267 passado, de isenção do imposto de renda para quem faz utilização, para quem apóia projetos
268 ambientais, por exemplo, inclusive pode ser até de recuperação de área degradada também,
269 mas isso até está no congresso um projeto de lei, não lembro qual a deputado, mas está em
270 tramitação e está prestes a ser aprovado esse projeto. Que chama imposto de renda ecológico,
271 de um deputado aí. Isto já está no Congresso. Então, com relação ao item pagamento por
272 serviços ambientais. Então, está dizendo que esse projeto de lei já está também bastante
273 adiantado e nós já estamos preparando aí para regulamentação dessa lei, porque isso vai... E
274 aí aquele aspecto que está ali de incluir não somente carbono, mas também conservação da
275 biodiversidade e da água. Isso também está contemplado no próprio projeto de lei, porque, na
276 verdade, nós estamos utilizando o conceito de serviços ambientais utilizado pela avaliação
277 ecossistêmica do milênio, que é bastante amplo. Que tem lá uma 4 ou 5 modalidades de
278 serviços de provisão que é o que produz os bens propriamente, que a natureza, a
279 ecologia oferece, como alimentos e produtos da biodiversidade, da floresta e etc. os chamados
280 serviços de regulação que, na verdade, são aí a ciclagem de nutrientes, enfim. Então, quer
281 dizer, só para dizer que é um conceito bastante amplo que incluiu esses outros serviços. Quer
282 dizer, o problema todo vai ser... É que a não ser o carbono que está mais fácil de nós
283 identificarmos e de medir para depois valorar e pagar, os outros ainda temos muita dificuldade
284 de nós identificarmos o que é um serviço prestado pela biodiversidade. Água até é mais fácil,
285 até tem vários projetos de recursos hídricos, principalmente, pelas comunidades que se
286 abastecem de água, inclusive, para uso urbano e industrial, quer dizer, é fácil de identificar os
287 que prestam serviços ambientais nesse caso e até poder remunerar conforme o caso se está
288 bem delimitado. Então, nesse aspecto, quer dizer, bom o projeto de lei já prevê uma amplitude,
289 inclusive, diversidade e água como instrumento de pagamento ou, enfim, de uso da lei. E aí
290 também, quer dizer, a própria emissão por desmatamento evitado, isso também entraria,
291 porque um dos serviços aí seria realmente... E até para isso, quer dizer, o próprio projeto de lei
292 que o deputado Antonio Palocci fez de criação desse instrumento, já está prevendo, digamos,
293 contribuições internacionais aí para o fundo internacional que possa ser utilizado para esse
294 pagamento por desmatamento evitado. Aí como tem já um certo aval da convenção de clima
295 sobre esse aspecto. Quer dizer, bom isso está até bastante adiantado nessa... Não só na
296 negociação, mas também nós já criando instrumentos apropriados para dar eficiência a esse
297 instrumento que está sendo criado. Mais para frente, quer dizer... Bom, aí vou pular para essas
298 comissões. Então, eu acho que essa, está aqui sugerida a criação de um GT para desenvolver
299 o modelo de pagamento por serviços ambientais, mas, enfim. Isso eu acho que seria um
300 atividade bem-vinda que teria... Isso a gente estava pensando que pudesse ser algo
301 multiinstitucional, realmente, quer dizer, vendo gente de diversos Ministérios, pessoas da
302 Sociedade Civil participando dessa Comissão ou Grupo de Trabalho, não sei, para desenvolver
303 aí eu diria não propriamente de desenvolver o modelo, porque isso também é... Mas também já
304 pensar de introduzir no Decreto de regulamentação já todos esses instrumentos não só do
305 modelo, mas de como isso vai funcionar. Então, vem a parte normativa que eu acho que é um
306 pouco das funções aqui do CONAMA também, eu não sei como é que isso vai ser entendido,
307 mas, enfim, eu acho que essa é uma das propostas que é bastante bem-vinda.

308

309

310 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Me permite um aparte? O senhor está
311o consentindo com a criação de um grupo, dizendo que seria bem-vindo no âmbito do
312 CONAMA, mas apenas após a aprovação da lei e do Decreto. Então seria de incluir na
313 proposta que o MMA se não me falha a compreensão do que você disse anteriormente, o MMA
314 irá contribuir com o projeto que está tramitando no Congresso agora e aí talvez a inserção de
315 criação do que o CONAMA definirá os critérios para isso. Seria mais ou menos nesse sentido.

316

317

318 **O SR. SHIGEO SHIKI (Departamento de Economia e Meio Ambiente)** – É, porque aí o
319 CONAMA definir critérios, para o decreto, não sei, enfim, eu acho que é uma instância talvez
320 posterior.

321

322

323**O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Posterior ainda porque, então não seria
324uma decisão da Câmara agora. É um assunto que tem que aguardar a aprovação do projeto de
325lei no Congresso para depois quando vier ser regulamentado por Decreto, aí caberia ao
326CONAMA ou diretamente por determinação da lei ou por Decreto essa competência. Então, no
327momento, porque nós conversávamos paralelamente aqui, se já seria o caso de definir a
328criação ou não. Então, seria melhor aguardar essa aprovação da lei, até para que o CONAMA
329tenha o escopo bem definido diretamente já direcionado.

330

331

332**O SR. CLEBER RODRIGUES DE PAULA (Caeté ONG's Sul)** – Isso significa que a proposta,
333só para entendimento, certo.

334

335

336**O SR. SHIGEO SHIKI (Departamento de Economia e Meio Ambiente)** – Outro ponto ai que
337está apontado como uma atividade que a gente tem alguma competência é com relação a
338Política Nacional de Produção Mais Limpa e isso a gente, enfim, está coordenando um Comitê
339Gestor de Produção Mais Limpa que já existia era uma instância de decisão que já existia, de
340longa data, que coordena hoje mais de dez estados que tenha seus Fóruns Permanentes de
341Produção Mais Limpa e essa atividade de definição de uma política nacional, tem todo um
342embasamento teórico já feito anteriormente que está sendo seguida agora para uma definição
343de atividade mais concreta tentando também estender esse tipo de atividade para os outros
344estados em que hoje essa atividade não existe. Hoje são ou dez estados que têm esse Fórum
345funcionando. Quer dizer, ai é um Fórum da Sociedade Civil. E aí são das indústrias do setor de
346bens ambientais, enfim, que tem o interesse direto, um dos maiores do Estado de São Paulo,
347evidentemente, está muito afeto a indústria, ao setor industrial. Então, enfim a idéia da própria
348comissão gestora é de estender isso a outros estados que têm dificuldade de atender a essa
349Agenda de Produção Mais Limpa. Então, enfim, só para... Com relação à compra sustentável,
350nós também estamos colaborando com o Ministério do planejamento já num Decreto que
351permite compras... Bom, aí é uma agenda de que incluir na lei 8666 itens que permita agilizar,
352ou pelo menos, com que o poder público Estaduais, Federais e dos Municípios tenham essa
353condição de utilizar esse importante instrumento de compra para favorecer atividades
354sustentáveis aí. Então, a compra de material, digamos, de maneira certificada ou de produtos
355orgânicos, ou de, enfim, papel reciclado. Como é que introduz esse tipo de... Por que hoje,
356digamos, toda compra é feita baseada em critérios, que o principal deles é do custo menor.
357Isso muitas vezes não favorece, até porque, não favorece compras, digamos, mais adequadas
358do ponto de vista da sustentabilidade. Então, esse é o objetivo e também estamos aí fazendo
359campanha para que haja também consumo sustentável, isso não é só do setor público, mas
360outras atividades que favoreçam aí, consumo de produtos que estão ambientalmente
361sustentáveis. Então é isso. Esse, técnicas de apoio a projetos. Bom, isso aqui no item técnicas
362dos chamados produtos florestais. Aqui tem toda uma iniciativa do Ministério, principalmente,
363nesse ponto aqui de favorecer a agregação de valor a produção extrativista. Tem a própria
364Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural e nós mesmos no DEMA estamos com o
365problema de biocomércio, que é um pouco para estimular aí junto com entidades e países
366vizinhos, também na própria Amazônia, um programa que tenta agregar valor, que digamos
367aqui não é só propriamente no sentido de industrialização ou de uma renda mais apropriada
368para os produtos extrativistas, mas também incentivar isso, digamos, achar mercados. A
369preocupação nossa é de que esse incentivo a esse tipo de produção torna, digamos, a própria
370conservação principalmente em áreas bastante reflorestadas e que sofre com a competição ou
371de concorrência de atividades agrícolas e pecuárias mais rentáveis, quer dizer, como é que se
372torna isso mais rentável e produtivo e etc. para poder, enfim, servir um pouco também de
373alternativa de atividade econômica para essas regiões onde você tem uma riqueza enorme de
374biodiversidade e de produtos extrativistas continuar na miséria. Então, esse é um pouco do
375esforço que está sendo feito pelo próprio Ministério com, principalmente, toda essa secretária e
376também pelo DEMA, de reforçar isso. Eu acho que ainda falta, digamos, maior esforço nessa
377parte de... Aí provavelmente o Hélio aqui vai poder estar falando melhor sobre isso, dos
378chamados produtos florestais tipicamente, que é a madeira e outros produtos, enfim, acho que
379é isso.

380

381

382 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Governo de Sergipe)** – Alguém gostaria de se manifestar.
383 Alguma pergunta? Alguém? Algum conselheiro? Não.

384

385 **O SR. CLEBER RODRIGUES DE PAULA (Caeté ONG's Sul)** – Só uma sugestão aqui na
386 elaboração do relatório para que se faça apresentação e a contextualização do Seminário que
387 houve em Cuiabá para que o relatório seja melhor compreendido e essa é uma sugestão que
388 eu encaminho, então, para a secretaria do CONAMA.

389

390

391 **O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – É por que tudo que foi
392 colocado no Seminário, pelo que eu estou vendo, o Ministério do Meio Ambiente já está com
393 uma ação forte em cima do assunto. Então, qual seria o trabalho desta Câmara Técnica em
394 relação a este... Pelo que eu vi 90% do que foi cortado aí pelo seminário o MMA está fazendo
395 de forma paralela. Então, o que essa Câmara Técnica faria? Ela vai validar as propostas do
396 MMA. Vai fazer uma proposta de moção ou recomendação para Câmara sobre o que está
397 sendo discutido lá para ver se anda mais rápido ou se nós já vamos começar a trabalhar isso
398 aí, paralelo, ao do Ministério do Meio Ambiente para na frente tentar convergir em um
399 documento só.

400

401

402 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Governo de Sergipe)** - Essa é exatamente a discussão. A
403 compreensão é exatamente essa. No final nós vamos fazer avaliação do que a Câmara
404 Técnica vai interferir. De que forma, onde cabe ou não cabe, de que forma vamos reagir.
405 Exatamente essa a proposta.

406

407

408 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Bom, agora eu pergunto. Nós temos 4
409 pessoas ainda para falar se alguém tem uma urgência maior quiser ir antes. Dr. Hélio então Dr.
410 Hélio Pereira da Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Dr. Hélio primeira da SBF, por favor.

411

412

413 **O SR. HÉLIO PEREIRA (DFLOR/SBF/MMA)** - Obrigado então. Na verdade o ponto que nos
414 coloca, pelo menos, nós recebemos uma lista com a indicação de quais seriam os pontos que
415 deveríamos comentar, acho que parece que o número eu não me lembro mais, onze, enfim. De
416 toda sorte por que o segmento de florestas do Ministério tem algum envolvimento com essa
417 questão dos instrumentos econômicos e financeiros. Aí eu queria fazer uma pequena reflexão
418 sobre a história até de alguns instrumentos na área de meio ambiente o que nos remetem a
419 essa discussão por que florestas sempre teve envolvida com isso. E aí é muito oportuno falar
420 depois do Shigeo porque ele fez um histórico da atualidade que é muito interessante sim, do
421 ponto de vista histórico dos instrumentos financeiros e econômicos da área de meio ambiente.
422 Então, a primeira reflexão é porque a área de florestas sempre esteve envolvido com isso? É
423 por que sempre se trabalhou nas políticas públicas de área de florestas na dicotomia incentivo/
424 desestímulo. Embora em boa parte do período tenha se tratado mais de incentivos, tanto é que
425 nós na área florestal tivemos incentivos fiscais bastante intensos, porque existe também dentro
426 da área de florestas um vasto segmento da política pública que é o fomento florestal, que pode
427 ser considerado como práticas inadequadas, mas de toda sorte é muito mais interessante ter
428 mecanismos para produção de florestas do que para expansão de áreas degradadas. Seguindo
429 essa lógica das políticas florestais alguns instrumentos foram alterados no código florestal que
430 permitiu exatamente ampliar esses estímulos e os incentivos e os desestímulos. E aí podemos
431 citar alguns mais recentes, que estão até listados em algum momento, em algum lugar, a cotas
432 de reservas legal, o ITR que é um estímulo, que é uma isenção, a servidão florestal que é uma
433 compensação, a compensação em si de reservas legais e no próprio instrumento de
434 atualização do código florestal se tem também mecanismos de incentivo e fomento da
435 produção florestal. Bom, essas sempre foram práticas dentro das políticas públicas e o código
436 florestal é um instrumento que tem uma enorme relação direta com os donos da terra. Ou seja,
437 não só o poder público que é dono de extensas áreas em Unidades de Conservação como o
438 proprietário rural que é dono de terras e as responsabilidades do Ministério nessas áreas
439 sempre foram extremamente importantes do ponto de vista de manipular, manipular não é a
440 palavra certa, ou mexer nesses instrumentos para que haja incentivos. João fez um comentário
441 aqui extremamente oportuno também sobre essa questão da posição efetiva do setor agrícola

442que condena a reserva legal porque eles entendem que a reserva legal não presta serviços, de
443fato, a propriedade. É um entendimento. A área de meio ambiente já pensa diferente, presta
444serviços ambientais. Só que nos instrumentos financeiros e instrumentos de incentivos não
445existe uma compensação sobre isso. Nesse aspecto eu acho que uma das diretrizes que se
446pode pensar é exatamente na avaliação dos mecanismos compensatórios, que não é só a
447compensação por Unidade de Conservação, mas as cotas de reservas legais e etc. várias
448delas podem ser pensadas. Aí eu queria fazer uma outra reflexão, não vai ficar desse tamanho
449a minha intervenção, sobre o histórico desses instrumentos, da gestão desses instrumentos na
450área de meio ambiente que eu acho que tem três momentos muito oportunos, muito marcantes
451que refletem iniciativas que mudaram paradigmas. A primeira foi à criação do Fundo Nacional
452do Meio Ambiente, que em uma idéia de criar fundos combinados entre multas e incentivos, é
453uma estratégia de gestão e de um instrumento de estímulo muito interessante. Pena que não
454se fechou o ciclo entre o pagamento da multa e a formação do Fundo Financeiro no FNMA
455para se apoiar as iniciativas ambientais sustentáveis. O outro momento muito interessante, que
456nós participamos diretamente, foi a criação do PRONAF florestal é a primeiro mecanismo de
457crédito na área ambiental que nós temos no País e foi criado pelo segmento de florestas desse
458Ministério para, e foi a primeira vez também que você mudou o PRONAF, incentivo a
459agricultura familiar. Então esse é um o outro momento marcante, que marca, de fato, um novo
460degrau do Ministério em atuar e atuar em crédito, necessariamente você não precisa ser o
461dono do dinheiro, você precisa estar envolvido diretamente com a gestão financeira, mas você
462estar presente no mecanismo de financiamento na área ambiental foi a primeira vez. O terceiro
463momento é extremamente interessante, do Ministério, é a criação do DEMA, que agora você
464tem um órgão gestor para gerir toda a discussão sobre instrumentos econômicos, porque antes
465era focado exatamente num dos segmentos que precisa disso, que é o segmento florestas. E aí
466tem uma coisa importante se avaliar do ponto de vista conceitual do que foi feito dos
467instrumentos econômicos financeiros e como é que a área de meio ambiente do País sempre
468agiu e no Ministério do Meio Ambiente desde o início da sua formação se discutiu as formas de
469apoio às iniciativas demonstrativas. Se você olhar para todo o cenário de programas e projetos
470que nós temos aqui dentro, até hoje ainda se cria ações voltadas à demonstração. Projetos
471demonstrativos têm um caminho ali. Tem uma lista, me parece, que aparece alguns deles lá.
472Então o Fundo Nacional se aparelhou para isso. Agora isso sempre foi bancado com recursos
473de doação combinado que na verdade não é doação coisíssima nenhuma, é recurso
474orçamentário que permite uma contrapartida de algum acordo bilateral ou multilateral. De toda
475sorte o que acontece? Nós navegamos por muito mais que uma década nos programas
476demonstrativos são os instrumentos que o Fundo geri até hoje. Isso vai emagrecer. Isso não
477deve nem existir no futuro, porque as ações combinadas de doações, o Brasil não está mais
478nessa lista de país de interesse de acordos multilaterais e bilaterais para doação, em minha
479opinião é que isso não é um troço interessante. Aí sim, a origem do fundo deveria ser
480altamente fortalecida, que é a criação de Fundo combinado, ou seja, multa e incentivo a
481iniciativas sustentáveis. Esse é que deve ser o novo perfil. Eu imagino. Eu estou voltando para
482o Ministério agora. Eu imagino que a criação do DEMA está aí para desenvolver instrumentos,
483e eu acho que essa lista é muito oportuna, do seminário, porque ela permite uma reflexão muito
484interessante sobre o que nós queremos. Nós queremos continuar incentivando ações
485demonstrativas ou ações que possam ser difundidas? Esse é o paradigma que o PRONAF
486florestal enfrentou. Ou seja, nós não vamos demonstrar nada, nós vamos incentivar ações
487sustentáveis, que era o cultivo de florestas, recuperação de áreas degradadas, mas com
488financiamento. Então e aí surgiram aqui uma prática que não está nem colocada na lista, mas
489eu acho que é e extremamente interessante, que é a questão dos editais induzidos. Essa é
490uma indução, nós fizemos alguns aí, foram um edital de assistência técnica que também visa
491assistência técnica há sistemas agroflorestais que é um sistema que não é nem agricultura
492nem meio ambiente. Então nós entramos nesse universo que trouxe para cá um monte de
493gente que não tem abrigo nenhum dos segmentos de financiamento ou de crédito, ou
494incentivos fiscais, que são agroflorestais e também os editais nascentes e etc. que é uma forma
495de incentivo fiscal. Bom, um outro aspecto que a gente queria refletir, também, sobre a lista
496toda. E eu estou fazendo uma flexão, na verdade, os instrumentos não estão divididos, mas de
497toda sorte nós, as diretrizes, que essa Câmara pode estar, não só ajudando ao Ministério,
498como também aos órgãos estaduais porque deles dependem essas diretrizes, é firmar mais o
499que se deseja de políticas de instrumentos de compensação. Há uma verdadeira corrida nesse
500instante, para criar ICMS de compensação, algumas coisas referentes à própria compensação
501para criação de Unidade de Conservação ou transformando instrumentos já clássicos de

502gestão, instrumentos financeiros, como a reposição florestal em instrumento compensatório.
503Isso não é o adequado no nosso entendimento, por outro lado, nós temos que refletir sobre as
504diretrizes do ponto de vista dos outros tipos de instrumentos que são os instrumentos de
505financiamento. Não dá para continuar aqui na área do meio ambiente com tantas iniciativas
506interessantes do ponto de vista que foram decorrentes das demonstrações, PPA da vida e
507PPG7 e etc. são centenas, não diria milhares, mas centenas de iniciativas que podem ser
508replicadas na forma de financiamento. Hoje você não precisa estar demonstrando mais o que
509se sabe com tanta eficiência, mas precisa que as diretrizes apontem para a necessidade de
510que esses financiamentos tenham, com muita clareza, financiamento é isso mesmo, é negócio,
511só que nós não ainda temos com muita clareza como serão os negócios ambientais. Aonde
512precisa ter com clareza, sistema de prazos, garantias e assistência técnica e taxa de juro. São
513esses quatro pontos que fazem a gestão financeira de qualquer instrumento que permite
514inserção de bancos, são os donos do dinheiro e a quem tem a idéia para ser ele implementada.
515Bom, outro aspecto que nós precisamos refletir bastante, na área de meio ambiente você tem o
516PRONAF florestal, você tem algumas compensações aí, mas está pipocando, eu vou usar esta
517expressão vocês traduzem do jeito que quiserem, em vários Ministérios iniciativas para
518financiar iniciativas sustentáveis e nós não. Essa questão é muito complexa. Disse: - Ah! Não é
519porque vai levar floresta para agricultura. Já perguntaram se os caras de fato querem isso lá.
520Não. Eles querem gerar um instrumento de financiamento para o desenvolvimento florestal
521porque sabe que isso contribui com 4,5% do PIB. E isso é muito mais sustentável para a
522maioria das propriedades, em certas regiões, do que práticas de agropecuária. Ele sabe disso,
523ele fala disso com o pé nas costas. Mas de toda sorte é isso que está acontecendo, está
524aparecendo na área fundiária mecanismos para incentivo à iniciativa sustentável, e nós não. Eu
525acho que essa é uma reflexão que tem que ser pensada do ponto de vista dos incentivos, dos
526financiamentos, principalmente da parte de financiamentos. Eu tenho uma lista, aqui, de um
527estudo recente que nós fizemos na área florestal e, só na primeira lista, nossa aqui, são 20
528instrumentos de financiamento e incentivo que estão por aí. Quase encerrando, aqui, então,
529para não virar uma coisa enorme. Uma coisa que tem que se estar atento para orientação e
530formulação de diretrizes, no nosso entendimento, é que existem dois grandes obstáculos para
531você criar mecanismos financeiros e creditícios, ou compensatórios, ou de incentivos fiscais. É
532que você tem que mudar a constituição ou mudar a lei. Nós sabemos que a nossa bancada não
533é lá tão forte assim, ela tem que pegar com grandes cochiladas ou uma grande negociação
534com os setores, em especial, o setor rural. Isso tem que ser colocado na pauta com muita
535clareza, não adianta forçar a barra que você não muda a Constituição e não muda leis, sem
536que haja essa negociação. De toda sorte, existem espaços muitos oportunos, eu acho que uma
537recomendação forte e importante que deve ser constituída dessas diretrizes é que... É
538fortalecer a participação do Ministério do Meio Ambiente, que é institucionalmente, a instituição
539de governo dos Fóruns específicos, tipo: Fundo Constitucional dos... Para incentivo a ciência e
540pesquisa, pesquisa... São os fundos setoriais. O que nós queremos desses fundos para que
541eles mudem em favor das questões sustentáveis? O que nós queremos que eles mudem?
542Então, a nossa presença, lá, tem que ser muito qualificada e muito específica, e bem objetiva.
543E aí, a lista é muito oportuna, é muito oportuna e pode ser ampliada e etc. Mas ela é muito
544oportuna para isso, para orientar essas participações. Outros, são os fundos constitucionais,
545são os fundos que rara... Dificilmente você vai mudar a Constituição para dizer que é 0,3% do
546fundo... Do FCO, e que o 0,4% do nordeste vai mudar para 0,5% ou o 1% do... O 0,8% da taxa
547de conversão de todos os impostos do país para a Amazônia e etc. Você não vai mudar isso,
548mas você pode mudar as resoluções, que são anuais. E foi assim que nós construímos a
549resolução que criou o PRONAF, foi com essa participação. Na verdade, nós também criamos
550meio que... Uma carteirada. Aproveitamos à nossa presidência do conselho curador do banco
551da terra e, inserimos a criação do PRONAF. Tudo bem, está revelado, já está criado, é isso aí.
552Acho que ninguém vai me perseguir por isso, não. Mas de toda sorte, estou fazendo essa
553brincadeira, mas para dizer que isso são oportunidades dentro do governo, quanto você tem a
554gestão ambiental, você tem que reconhecer que ela não é prioridade de todo Governo, então,
555você tem que aproveitar essas oportunidades de participação nesses fóruns, para alterar. Nós
556criamos junto ao BASA e, junto ao BNB e junto ao Banco do Brasil, vários programas na área
557de florestas, mas eles podem, e querem, eles querem financiar e querem apoiar projetos
558sustentáveis, porque não precisa ser especialmente da área de florestas, podem ser de outras
559coisas. Dessa lista que eu citei aqui, que tem 20 mecanismos de financiamento, a maioria, são
560desses bancos públicos. No BNDES existe, há 12 anos, uma carteira para incentivo a
561programas de fomento florestais e, com essas iniciativas permitiu-se também, uma atuação

562adicional. Eu falei dos fundos setoriais, dos fundos constitucionais, mas, enfim, existem
563empresas que querem, também, financiar mecanismos, financiar iniciativas sustentáveis, mas
564nem sempre essas iniciativas são reconhecidas. Então, eu acho que uma das recomendações
565de diretrizes dessa Câmara Técnica deve apontar para o estímulo a esse tipo de coisa. Tem
566algumas iniciativas, aí, de alguns bancos, tipo essa história do banco do planeta, que me
567parece até, uma coisa meio que, para tampar o buraco, etc. Mas no fundo, está financiando
568serralherias na Amazônia. Mas de toda sorte há vontade, por exemplo, no setor de floresta,
569você consegue fazer uma política pública, o Ministério fez a partir de 98, foi o seguinte: Nós
570acabamos com todos os postos de fomento florestal que eram herdados do IBDF, e o IBAMA
571mantinha, eram 117 postos de fomento, ou seja, distribuir mudas de graça. Acabamos com
572isso. Por quê? Porque isso é uma prática absurda, você acaba entrando no mercado que você
573está atrapalhando. Você atrapalha o processo de produção de mudas de qualidade, você retira
574uma iniciativa que pode ser da sociedade e, outra coisa, você acaba gerando uma muda de
575péssima qualidade, e um fomento horrível. Florestas são frutos do que você planta. Se depois
576de 20 anos, querer uma árvore de uma muda porcaria é bobagem, então, nós saímos desse
577negócio. E todas... A quantidade de empresas grandes e pequenas, que entraram no negócio
578para produção de muda e fomento, é enorme. Hoje, você tem mais de 300 mil pequenas
579propriedades no País participando do processo de fomento florestal por conta desses
580instrumentos de incentivos privados. Isso é uma prática, também, que eu acho que deve ser
581estimulada e deve ser recomendada. Isso é tão importante para o setor de florestas que essa
582discussão enorme sobre vastidão de florestas, grandes áreas de cultivo florestal que...
583Desertos florestais etc. Isto está sendo substituído por fomentos de pequena propriedade, o
584que é muito mais interessante. Bom, para fechar, está virando cara de palestra, mas só falar
585dos fundos combinados. Já mencionei o fundo nacional do meio ambiente, é um fundo
586combinado, não é... Esses dias, eu cheguei aqui no Ministério, eu ouvi alguém dizer: "Ah!
587Vamos acabar com o fundo e criar um novo instrumento". Peraí, você vai perder uma iniciativa
588que você já construiu uma lei? Só porque você não conseguiu gerir o conceito, e o conceito é:
589multa é incentivo... Multa, fundo e incentivo. Não é? Não é? Se perdeu, aí, no meio das
590doações e dos financiamentos, e esqueceu a essência do Fundo combinado: é multa, é fundo,
591incentivo a iniciativa sustentável. É... Nós criamos, mais recentemente, um Fundo de
592Florestas, aí, com a criação do serviço florestal, que é um fundo de concessões, que nada mais
593é do que um o fundo combinado. E mais recente, eu tive a oportunidade de, aqui, no IBAMA,
594criar um fundo de serviços, que é muito interessante, também. A área do meio ambiente pode
595se aproveitar disso, os bancos se interessam muito, nisso, que é o Fundo de Compensações
596Ambientais, que é um fundo de serviço. Na verdade, o banco oferece um conjunto de serviços
597e você tendo recurso oriundo de alguma coisa, tipo: multa, compensação e etc. Você pode
598estar utilizando isso como prática de constituição do volume, que é o dinheiro que você precisa.
599Bom, feita toda essa avaliação, não sei dizer, até acho que já me perdi em tanta coisa. Mas de
600toda sorte, voltando para o item da certificação, eu acho que é contraditório, do ponto de vista
601das políticas do Ministério, falar em criar um instrumento de certificação na área carvão. Por
602quê? A política do Ministério, com relação à certificação, tem sido, no sentido de estimular as
603ações voluntárias, e não, ele, fazer a certificação. O Governo Brasileiro historicamente nunca
604atuou como certificador, ele atua como estimulado das iniciativas voluntárias para a
605certificação. Então, no caso do carvão fica um pouco contraditória essa expressão: "criar".
606Então, o ideal seria estimular mecanismos de certificação. Bom, eram esses, os comentários e
607reflexões. Desculpe se tomei muito tempo. Obrigado.

608**O SR. CLEBER RODRIGUES DE PAULA (Caeté ONG's Sul)** – Eu teria uma pergunta. Esse
609incentivo, a questão do reflorestamento que, quando se fala, também, isso foi em
610reflorestamento, para implantar pinos e eucalipto. E como que está isso, na questão das
611florestas, esse embate, se isso está bem definido, bem separado. Como está essa questão
612dessa... Escamoteamento desse... De colocar dentro da questão de uma floresta mesmo. Você
613colocar pinos e eucalipto, como reflorestamento.

614

615

616**O SR. HÉLIO PEREIRA (DFLOR/SBF/MMA)** - Bom, uma coisa primeiro que você tem que
617olhar para à questão dos negócios ambientais, dão certo ou não dão certo. Por quê? É uma
618questão de mercado. E aí nós temos que olhar o que a pesquisa gerou de resultado e não é de
619hoje essa coisa que tem pelo menos um século de pesquisas que geraram condições para que
620espécies de pinos e eucalipto tivessem melhor resultado do que nos seus países de origem,
621não sei se vocês sabem, o eucalipto produzido no Brasil ele chega a uma taxa de 45 m3 por

622ano e lá no país de origem dele não chega a dar 6, que é a Austrália. Isso é pesquisa. Isso foi
623logicamente atrelado há uma necessidade do Brasil e um enorme estímulo à pesquisa que
624houve aí nesses anos. O que falta e aí é extremamente importante, aí se vai fazer uma conta
625porque essa coisa de mecanismos financeiros você tem que estar voltado para conta. Nós do
626meio ambiente não somos muito chegados a essa prática não. Somos biólogos, engenheiros
627florestais eu tive enorme dificuldade quando assumi a presidência do Banco da Terra porque
628não sou contador eu sou engenheiro florestal especializado em política pública. Então,
629logicamente que tive que reforçar a assessoria financeira para me esclarecer o que nós
630estávamos gastando, mas isso na área do meio ambiente não é prática, mas nós precisamos
631fazer isso, nós precisamos fazer conta. Que a conta que eu quero que você faça é o seguinte,
632se eu produzo 45 m³ por hectare/ano com eucalipto e outra espécie vou produzir só cinco é
633óbvio que vou, pelo menos, precisar de uma área nove vezes menor do que a outra. Então,
634essa é uma conta que tem que ser feita sempre. E não podemos jogar no ar pesquisa e outra
635coisa como consequência dessa equação tem que se ver é a seguinte, quem planta pinos e
636eucalipto e o único proprietário rural que mantém reserva legal e APP direitinho. Isso é outra
637conta. Por quê? Por que também a pesquisa já mostrou: pinos e eucalipto em área de APP não
638presta. Esse é um aspecto importante o outro lado é o que está faltando. Talvez a nossa
639ausência lá no fundo setorial de ciência e tecnologia está impedindo que nós tenhamos uma
640boa pesquisa sobre produção florestal de espécies nativas. O Ministério está lançando agora
641um programa que chama PENSAF que ficou parado uns 4 ou 5 anos, mas de toda sorte eles
642está sendo lançado agora e eu acho muito interessante. Porque aí você vai incentivar o cultivo
643de sistemas agroflorestais e de sistemas com base em espécies exclusivamente nativas,
644mesmo porque as áreas que financiam, ou financiou, ou incentivou no passado a produção
645dessas duas espécies que só tão polêmicas, mas sustentam o PIB de 4,5 no País. Não existe
646mais incentivo para isso. Só o financiamento. Se o cara quiser tem que entrar na TLJ. Então, o
647que nós temos que correr agora é com a pesquisa para espécies nativas e encontrar... Agora
648não podemos é desprezar o que já existe das florestas públicas. Agora, nós fizemos no
649Ministério um mecanismo que era o seguinte, existe o grande cultivo e etc. esse nós não temos
650relação com ele. Nós temos relação com o pequeno que quiser plantar para vender para essas
651empresas e aproveitar esse mercado. Esse mecanismo interessa. Por que aí se mantém os
652sistemas agroflorestais, que não tem abrigo em nenhum outro Ministério, no PRONAF florestal
653ele tem, mas é pouco ainda. É pouco porque ele não recebe incentivo na área agrícola para
654fazer as outras boas práticas agrícolas. Ele só recebe para floresta. Eu acho que esse tipo de
655reflexão que os instrumentos devem estar pensando.

656

657

658**O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Fazer uma pergunta Dr. Hélio, já
659agradecendo a sua fala que eu acho que auxiliou na compreensão do relatório e de todas as
660propostas e o histórico mesmo. Com relação à sugestão que você deu, de trabalho para a
661câmara, até para clarear um pouco para depois a gente poder conversar a respeito. Que você
662falou sobre a gestão dos fundos, em especial os fundos setoriais e fundos constitucionais e que
663talvez a câmara pudesse atuar de que maneira exatamente. Isso que não ficou bem claro para
664mim. Seria fazer recomendações sobre linhas, diretrizes que necessitam de financiamento ou
665na atuação do representante tem esse lado também.

666

667

668**O SR. HÉLIO PEREIRA (DFLOR/SBF/MMA)** - Lógico que eu usei o argumento da
669necessidade do representante ser qualificado e etc., mas isso não vem ao caso pode ser que
670ele esteja aqui do meu lado, realmente não sei quem é atualmente os representantes dos
671fundos, mas eu acho que ter a pauta, qualquer profissional que pegar e tiver a boa vontade, e
672aproveitar as oportunidades de inserir esses fundos constitucionais, eles são constituídos com
673muita aparelhagem, com muita articulação e então eu acho que uma pauta dessa, colocada
674para essa pessoa, olha... E tem que descobrir lá qual é o instrumento da lei que tem que propor
675lá no Conselho para que ele se altere, o artigo, o inciso, esse tipo de coisa, isso tudo isso é
676fundamental. Por exemplo, a resolução que criou o PRONAF Florestal a gente já conhecia há
677muito tempo porque nós participamos da discussão da criação do PRONAF em 94. Então, nós
678vimos monitorando ela e tinha uma palavra chave que era trocá-la na resolução 2664 do
679Conselho Monetário Nacional. Nós não temos assento no Conselho Monetário Nacional, mas o
680presidente do FCO, e do FNO, e do FNE tem. Se o conselho desses fundos decide, eles são
681obrigados a levar ao Conselho Monetário Nacional. Então, eu estou dando esse meio que o

682caminho, mas o que é fundamental é você ter a pauta, o fundamental é que a Câmara, por
683exemplo, recomende ao Ministério o fortalecimento da pauta nos fundos constitucionais,
684principalmente.

685

686

687**O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Concretamente não seria encaminhar o
688relatório, mas sim recomendar ao MMA que debruce sobre isso...

689

690

691**O SR. HÉLIO PEREIRA (DFLOR/SBF/MMA)** - Vamos dar um exemplo, aquele 12: Aprofundar
692os estudos para melhoria dos efeitos de isenção do ITR, isso é artigo... Qual é o artigo, João,
693do código florestal que permite isso? Tenho lá um artigo, pronto. É só você trabalhar esse
694artigo e pronto. Essa é a minha sugestão.

695

696

697**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBÚ DÉ CARLI FILHO (CNA)** – Parte de fundos
698constitucionais está sendo tratado no CONABIO. *(Intervenção fora do Microfone. Inaudível)*.

699

700

701**O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Pode procurar a CONABIO e conversar
702com eles, onde podem trabalhar juntos. Bráulio.

703

704

705**A SR^a. TICIANA NETO LEME (DSIS)** - Bom, primeiro eu queria... Ticiania, atualmente do
706Departamento de Coordenação do SISNAMA e fui durante 4 anos do Fundo Nacional do Meio
707Ambiente. Então, eu acho que posso trazer algumas contribuições dos últimos tempos do fundo
708reforçando que o Hélio trouxe aqui. De fato, o fundo nacional ele sofre uma série de limites
709quanto a suas fontes de recursos a sua operação, a legislação que amara por uma série de
710coisas que muitas vezes dificulta a sua operação, até por questões de pessoal, que o Ministério
711como um todo sofre. E o Fundo foi criado há 18 anos e quando ele foi criado a lógica do
712financiamento, a lógica das políticas ambientais era outra. Então, até por uma questão de
713tempo é evidente que precisa passar por um processo de mudanças, de melhorias na sua
714operação. Algumas coisas, elas já foram mudando, mas a gente fazia até uma metáfora que
715como se fosse uma bicicleta que foi aumentando seus penduricalhos, que foi aumentando
716coisas para carregar, aumentando, aumentando e chegou o momento que a bicicleta não dá
717mais conta de levar tantas coisas adiante. Precisa mudar sua estrutura, precisa mudar de
718bicicleta, ou para um fusca, ou para uma Ferrari, mudar a sua estrutura. Se bem que não é
719muito sustentável, enfim, mas o movimento de sair da sua prioridade de implementar projetos
720demonstrativos de demanda espontânea para os editais já é uma coisa mais recente, já tem
721três ou quatro anos, onde hoje a maior parte dos recursos são para implementação de políticas
722públicas a exemplo dos editais de resíduos sólidos e com esse tipo de instrumento o Fundo
723Nacional conseguiu captar recursos de outros lugares, inclusive de outros Ministérios. Então,
724eu acho que isso é um desenho interessante no que diz respeito a transversalidade. Então,
725conseguiu trazer dinheiro das Cidades, da Saúde e de outros Ministérios e aumentou o volume
726de recursos financiados. Só conseguiu isso por um caráter da questão de transparência do
727controle social que o Fundo Nacional tem de vantagem e isso pode ser melhor explorado no
728que diz respeito ao financiamento das políticas. Então, isso é uma oportunidade nesse campo
729de financiamento muito embora ainda há um conjunto de limites, mas reconhecendo o limite da
730operação o Fundo Nacional teve uma iniciativa de apoiar e fortalecer outros Fundos do
731SISNAMA, do Sistema Nacional de Meio Ambiente, Fundos Estaduais e Fundos Municipais e aí
732tem uma oportunidade no que diz respeito a instrumentos, a fontes de recursos, que não estão
733colocados na esfera nacional. Quando nós vamos para os estados e para os municípios é
734possível agregar outras fontes que estão no local, por exemplo, CEFEM - Compensação de
735Extração Mineral, a extração acontece no município, às vezes, se for de grande escala a
736arrecadação é para os estados. Então, há uma arrecadação de base ambiental e que na
737maioria das vezes não é repetido para projetos ambientais ou para o financiamento de políticas
738ambientais. Então, isso já é uma coisa que eu gostaria de sinalizar para a Câmara, porque eu
739acho que pode ser incluído aí nesse rol. Há outras fontes, se nós olharmos para o território
740nacional como um todo, para outras esferas e enquanto eu acho que nós temos um grande
741desafio aí que é olhar o sistema como um todo. Nós temos alguns modelos, se nós olharmos

742para a área da... Outras políticas públicas, se nós fôssemos nós inspirar no SUS, na Saúde, ou
743na Assistência Social, o modelo de financiamento deles, existe uma lógica de financiamento
744Fundo a Fundo, que pode ser um caminho a ser inspirado para área ambiental, muito embora,
745nós precisamos garantir as fontes para esse financiamento Fundo a Fundo e sendo que a
746arrecadação de algumas coisas estão na base. Então, eu acho que não conseguimos só se
747inspirar no financiamento do SUS e o SUAS para pensar o financiamento ambiental. Mas ele é
748inspirador. Um exemplo concreto que está acontecendo, que foi desse edital de Fundos que o
749Fundo Nacional do Meio Ambiente lançou e fortaleceu Fundos estaduais e municipais. Teve um
750processo longo de capacitação de Fundos, na medida que é um dos itens, dar capacidade ao
751Estado e ao Município, na medida que tem a capacidade ele consegue arrecadar recursos e
752consegue gerir recursos. Está acontecendo agora um convênio, tem o convênio do Fundo com
753Município que participou desse processo de seleção de capacitação de Fundos, aonde serão
754financiados pequenos projetos de educação ambiental, aonde o Fundo Nacional do Meio
755Ambiente coloca um determinado valor se não me engano de 300 mil reais e o município
756coloca mais 300 mil reais, que não é a contrapartida normal obrigatória da LDO, não. É muito
757mais do que isso. Então o desenho de Fundos permite fazer engenharias financeiras de juntar
758dinheiro Nacional, Estadual e Municipal. Eu acho que essa é outra possibilidade para pensar a
759questão do financiamento, como eu coloco um pouquinho e você coloca mais um pouquinho e
760nós conseguimos financiar muito mais. Esse desenho de juntar dinheiro dá para fazer tanto
761entre as esferas de Governo como de forma transversal no diálogo com outras pastas, outras
762políticas públicas. Então eu acho que isso é um possível desenho. Uma possível proposta de
763incluir, como dialogar com o fundo de Ciência e Tecnologia, se nós colocamos um pouco de
764dinheiro lá, eles colocam muito mais para financiar a questão ambiental, uma temática que nos
765interessa. Esse pode ser um dos diálogos com outros Fundos Constitucionais. Então, olhando
766para a questão dos desenhos, inspiração além do SUS e do SUAS é como funciona o FNDCT
767– Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia. Até certo tempo da história
768eles tinham um volume de recursos, que era até muito parecido com o Fundo Nacional de Meio
769Ambiente, mas na medida que eles criaram os Fundos setoriais e eles especializaram o diálogo
770com determinados setores conseguiram uma alavancagem de recursos muito boa. Eu acho
771que isso pode ser bem inspirador para área ambiental. Nós podemos especializar o diálogo
772com a questão da servidão florestal, nós podemos especializar o diálogo com a questão das
773compensações com energia, com os projetos de infra-estrutura, nós podemos especializar o
774diálogo com vários setores e ganhar escala no financiamento. Então, eu acho que isso pode
775ser, também, inspirador para a gente. Bom, e por fim, para reforçar o que o Hélio falou, uma
776das reflexões quando a gente... Quando estava, lá, no Fundo Nacional, pensar o financiamento
777como um todo, o financiamento do sistema como um todo. Eu acho, que é fundamental.
778Diálogos com diferentes frentes, o diálogo com o Executivo, ele é fundamental, essa
779transversalidade com o Legislativo, o Hélio falou: “Tem quantas legislações?”, se nós queremos
780mudar alguma coisa, nós temos que fazer o diálogo com o Poder Legislativo. Com o Judiciário,
781eu acho que é fundamental. Quantas determinações judiciais por multas e questões
782ambientais, problemas, aí, que são decididos no setor Judiciário e que poderiam ser revertidos
783para ambiental e, às vezes, se perdem por não ter formas muito tranqüilas. Nós, não
784demonstramos ao Poder Judiciário uma forma tranqüila de implementar o recurso público. E os
785fundos, se funcionarem bem, com controle social, pode ser uma garantia ao judiciário. E o
786diálogo com o setor privado, seja ele com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, nós temos com
787as empresas, o Hélio falou aí, algumas oportunidades, tem muito dinheiro, talvez, às vezes, até
788por uma questão de imagem, mas nós temos que aproveitar isso. E com o setor privado sem
789interesses lucrativos, as ONGs, as OSCIPs, sempre foram fundamentais na implementação
790das políticas ambientais e, também, para o financiamento delas. Então, assim, eu só vou pegar
791o exemplo, que é o FUNBIO, que é o Fundo Nacional de Biodiversidade - que é uma OSCIP do
792setor privado. E, em parceria com o Governo, eles financiam o APA das áreas protegidas da
793Amazônia. Então, acho que é possível nós pensarmos em desenhos com o setor privado, sem
794fins lucrativos, por exemplo, vou dar um exemplo, mas eu acho que podemos explorar isso
795melhor. Empresas que queiram financiar o meio ambiente. Quer colocar a sua marca, não vai
796colocar o dinheiro no fundo público, porque no fundo se perde, pode ter uma série de
797problemas, mas, talvez, ela possa colocar um dinheiro no fundo privado. E junto com o fundo
798público, junto com o fundo privado podem financiar as políticas públicas. Então, eu acho que é
799um desenho, também, que podemos nos inspirar. Isso, no que diz respeito ao Fundo Nacional
800e as reflexões sobre o financiamento ambiental. E a última coisa que eu queria falar, em nome
801do DECIS, no que diz respeito às capacidades que tem, lá, na tabela, no item 30: “Melhorar a

802 capacidade da Gestão Ambiental dos Órgãos Públicos do Meio Ambiente”. O DECIS, ele tem
803 um programa que vocês devem conhecer, que é o “Programa Nacional de Capacitação”, que
804 trabalha, especialmente, com Gestores Municipais e Conselheiros do Meio Ambiente, no intuito
805 de melhorar a capacidade da gestão ambiental. No caso da Amazônia nós temos dois estados
806 que já... Um já terminou o PNC, que é o Acre, e o Pará, que está no processo de
807 implementação. A Amazônia está para... O Amazonas está para ser conveniado esse ano, tem
808 o projeto, e o Mato Grosso, também, tem projeto para participar desse processo. Além disso,
809 nós temos ações do PNMA que apóiam os estados e que, também, trabalham na perspectiva
810 da melhoria das capacidades do Estado. E teremos um componente novo, aí, no PNMA que foi
811 elaborado junto com o DEMA, que é um componente sobre instrumentos econômicos. E, a
812 idéia é fomentar políticas nos estados para instrumentos econômicos voltados para as
813 mudanças climáticas. Então, eu acho que isso, também, vai ter, aí, nos próximos tempos,
814 resultados bastante positivos e, que de alguma forma, pode dialogar com essa Câmara
815 Técnica. Obrigada.

816

817

818 **SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Obrigada Ticiania. Ainda,
819 complementando aí a fala da Ticiania sobre o item 30, o DECIS e a Secretaria Executiva do
820 CONAMA juntamente com o CNRH estão trabalhando na criação de Rede Nacional de
821 Colegiados ambientais que também auxiliará nessa melhoria de capacidade de gestão
822 ambiental de órgãos públicos, no caso, os colegiados, Conselho Estaduais e Municipais de
823 Meio ambiente, mas também Conselhos estaduais de recurso hídricos e Comitê de Bacia
824 Hidrográfica e isso foi uma consequência, uma decisão tomada no âmbito ENCA - Encontros
825 de Colegiados Ambientais que o CONAMA juntamente com outros Conselhos da área de meio
826 ambiente: o CNRH, o CEGEM e outros, organizaram no ano passado. Então, é outra linha,
827 como foi já observado aqui. Todas as propostas constantes do relatório, de alguma maneira, o
828 Ministério já trabalha com elas e já tem bastante avanço nesse sentido. Então, só para
829 complementar aí, que era outro ponto que por ser do CONAMA, também, nós precisamos
830 enfatizar. Agora, sim...

831 **SRª. TICIANA NETO LEME (DSIS)** - O Fundo Nacional junto com ABM e ANAMA e, agora,
832 com o FUNBIO criou a Rede Brasileira de Fundos Sócio-Ambientais que tem como objetivo
833 intercâmbio e o fortalecimento de fundos. Então, há um movimento nesse sentido a rede
834 Fundos tem o GT que foi criado e ele deve se institucionalizar como grupo vinculado a tripartite
835 nacional. Tem um material que está sendo produzido, vai ser produzido um curso à distância
836 sobre fundos, um site e uma série de coisas que depois nós podemos passar essas
837 informações com detalhes.

838

839

840 **SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Obrigado, mais uma vez a Ticiania. Eu
841 acho, que a Núbia é a última aqui para falar. E aí, ainda, são dez, para meio dia, eu acho que
842 nós podemos ouvir a Núbia que é da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade
843 Ambiental e tem dois pontos do relatório que tratam diretamente na questão de mudanças
844 climáticas. Então, nós podemos ouvir a Núbia e depois, faz um intervalo para o almoço, e
845 retorna a tarde onde teremos mais três pessoas para falar de outros departamentos, que não
846 puderam vir de manhã, pediram para vir só a tarde e, aí, nós encerramos o período da tarde.
847 Com os outros pontos da pauta, é claro. E a Câmara dando os encaminhamentos que forem
848 necessários.

849

850

851 **SRª. NÚBIA ELIZABETH DE SANTANA E SILVA (DEMA/SMCQ/MMA)** – Bom, eu
852 identifiquei aqui, nessa lista, dois pontos que a nós poderíamos estar prestando alguns
853 esclarecimentos para melhorar os trabalhos da Câmara: com relação a Mecanismo de
854 Desenvolvimento Limpo e a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Com relação ao MDL
855 esse é um instrumento, na verdade, de flexibilização prevista pelo protocolo de Kyoto, que
856 permitem que os países que têm metas de redução de emissões de gases de efeito estufa,
857 possam atender esse compromisso, através, da implementação de projetos de MDL, que vão
858 promover, tanto a redução dos gases de efeito estufa, como também, o próprio
859 desenvolvimento sustentável, que seja alcançado o desenvolvimento sustentável nos países
860 em desenvolvimento. Então, no Brasil esse os projetos de MDL eles são avaliados e são
861 estabelecidos critérios para esses projetos, através, de uma Comissão Interministerial, cujo

862 coordenador é o Ministério de Ciência e Tecnologia que vai estabelecer toda uma lista de
863 critérios a serem atendidos por esses projetos. Então, aqui, tanto quando se fala com relação
864 às linhas de créditos para o mecanismo de desenvolvimento limpo, como também, com relação
865 ao aperfeiçoamento de técnicas de seqüestro de carbono. Então, estes pontos nós vemos uma
866 certa limitação. A Secretaria vê uma certa limitação do trabalho destes pontos, justamente, por
867 ter essa figura da Comissão Interministerial que estabelece esse esses critérios, para o
868 mecanismo de desenvolvimento limpo, no âmbito do protocolo de Kyoto, que já é um protocolo
869 internacional. Então, a Secretaria identificou, assim, como possíveis encaminhamentos dos
870 trabalhos, trabalhar justamente na questão do desenvolvimento sustentável. Que é uma
871 atribuição do Ministério do Meio Ambiente, na avaliação desses projetos, uma atribuição maior
872 não, em detrimento de outros itens que são avaliados, também então, poder, quem sabe, a
873 Câmara Técnica trabalhar com instrumentos que certifiquem o alcance do desenvolvimento
874 sustentável por esses projetos. E aí seria um ponto a ser discutido para ver como nós
875 poderíamos estar definindo. Porque nós não temos, ainda, a definição certa de como seriam
876 esses instrumentos. E com relação, também, a melhoria das técnicas - porque não participei do
877 seminário - não sei se eu compreendi bem, mas a melhoria dessas técnicas de seqüestros de
878 carbono. Também, com relação ao âmbito do protocolo de Kyoto, também, tem essas
879 dificuldades. Porque esses projetos eles seguem metodologias que são registradas por um
880 organismo internacional, que aprova essas metodologias e então também teria essa restrição.
881 Não sei se foi com essa visão que foi colocada essa proposta, só no âmbito do protocolo de
882 Kyoto. Agora, com relação à Política Nacional sobre mudança do clima em novembro, foi
883 publicado o decreto 6263 que criou, instituiu um Comitê Interministerial e o Grupo Executivo
884 que está participando da elaboração da política e futuramente do plano nacional sobre
885 mudança do clima, que foi colocado, aqui, também, lei de mudanças climáticas. Nós já estamos
886 avançando nessa questão e esse grupo, ele já está trabalhando nas reuniões já iniciaram esse
887 ano, tanto do Comitê Interministerial, que tem participação, eu acho que, aproximadamente, em
888 18 em Ministérios, quanto do Grupo Executivo também. E uma versão preliminar da política vai
889 ser apresentada por essa Comissão, provavelmente, em fevereiro. E do plano no final de abril,
890 nós já temos um cronograma, também, de trabalho.

891

892

893 **O SR. THIAGO CAMARGO (ANAMMA)** - Presidente, eu só quero pedir aos companheiros da
894 Câmara e, posteriormente, também aos órgãos governamentais e ao CONAMA para que
895 tenham um cuidado especial quando houver qualquer tentativa de legislar a cerca de
896 mecanismo e desenvolvimento limpo ou de produção mais limpa. O erro que tem acontecido
897 em muitas cidades, até porque, com a febre que virou o assunto ambiental, em Goiânia, por
898 exemplo, todo o vereador agora quer legislar na área ambiental, virou uma febre. Tem que
899 fazer parecer todo dia. Então, muitas tentativas de obrigatoriedade, de uso de painel solar
900 fotovoltaico, e por aí vai. Agora, o que nós não podemos perder de mente é que, uma coisa é a
901 lei que vamos tentar implantar para o mecanismo de desenvolvimento limpo, outra coisa é a
902 tentativa de fomento. Que pessoas tenham acesso a credenciar seus projetos no (IFCCCC)
903 que é onde vai credenciar seus projetos de crédito carbono. A partir do momento, que for feita
904 qualquer lei: municipal, estadual ou nacional obrigando que determinado mecanismo de
905 desenvolvimento limpo seja implantado, por qualquer atividade, automaticamente, esse projeto
906 não pode ser creditado no (IFCCCC) tem sido erro comum em muitas cidades, por pouco, não
907 aconteceu em Goiânia. Eu vou dar um exemplo, mais prático, lá nós estávamos fazendo um
908 convênio é um grupo Alemão, mas a Companhia Energica Estadual e a Agência Municipal do
909 Meio Ambiente de substituição. Nós estávamos tentando fazer a substituição dos chuveiros
910 normais, para os chuveiros que usem energia solar fotovoltaica. E aí, eu conversando com o
911 vereador, conversei, expliquei para ele o que era o projeto e, no outro dia, ele apresenta o
912 projeto. "E agora é obrigatório..." E aí eu dei o parecer negativo. Aí, ele brigou comigo... Você
913 que falou. Aí, eu expliquei para ele, se você quiser fazer um projeto de lei obrigando toda casa
914 ou toda a construção, para na hora do *habtiice*, já ser obrigatório a ter o encanamento que
915 permita o uso, porque tem que ser feito outro encanamento, aí tudo bem. Agora, se você
916 obrigar a toda casa a já utilizar uma energia mais limpa, uma energia renovável, e tudo mais,
917 automaticamente isso não vai render crédito de carbono. Eu sei que, a grande maioria, que
918 está aqui já sabe disso, mas é bom ter esse cuidado. Porque todo mundo tem atuado no
919 sentido de uma produção mais limpa. E aí, nós vamos correr o risco de perder interesse
920 econômico disso. E se, se perde o interesse econômico disso, se perde principal incentivo para
921 que as pessoas deixem de emitir carbono ou seqüestrar carbono. Então, é necessário muito

922cuidado. Peço muita atenção: aos órgãos Governamentais, a Câmara ao Conselho, no sentido
923de legislar sobre mecanismo de desenvolvimento limpo, produção mais limpa, aplicação de
924política nacional de produção mais limpa. Quem chega atrasado não tem direito de perguntar.
925Só cochicha de um lado, cochicha de outro para inteirar mais. Mais é muito cuidado. Peço que
926tenha muita atenção e muita discussão na hora de fazer qualquer projeto, ou qualquer ação, no
927sentido, intuito de legislar nesse sentido. Muito obrigado.

928

929

930**O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Só para complementar a Núbia fez
931referência a Comissão Interministerial que está trabalhando o plano, o comitê. O Pano Nacional
932de Adaptação de Mudança do Clima.

933

934

935**A SR^a. NÚBIA ELIZABETH DE SANTANA E SILVA (DEMA/SMCQ/MMA)** – Não só
936adaptação, tanto as ações de mitigação, como de adaptação, também, a política.

937

938

939**O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (Conama)** – Só, para complementar que o
940CONAMA tem, inclusive, esta Câmara, tem instalado um GT, destinado a estudar a adaptação
941do clima, que vai contribuir nesse Comitê do seu relatório, mas esse é assunto da tarde, aí, nós
942aprofundamos mais. Que vai ser encaminhado para esse Comitê. Então, apenas, para lembrar
943que, além da medida governamental da instalação da Comissão e do Comitê o CONAMA,
944também, já está dando a sua contribuição. Então, eu acho que estamos atendendo,
945plenamente, a sugestão do Seminário maior.

946

947

948 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (GOVERNO DE SERGIPE)** – Bom, senhores, meio
949dia. Vamos dar a pausa para o almoço, à tarde voltaremos à discussão. As 14 voltaremos e
950teremos mais, as três falas. Dois pontos de pauta, não vai demorar muito, às sete horas da
951noite nós terminamos. Bom almoço a todos.

952

953

(Intervalo para o almoço)

954

955

956

957 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** - Boa-tarde a todos. Vamos
958recomeçar os nossos trabalhos da tarde do dia 12 do fevereiro. Continuando com o item 2 da
959pauta: Apresentação do Relatório do Seminário de Cuiabá. Hoje de manhã nós avançamos
960com algumas explicações de alguns companheiros do Ministério do Meio Ambiente. E à tarde
961nós vamos continuar com essas explicações de alguns temos específicos. Agora, à tarde nós
962temos o Mário do Ministério do Meio Ambiente, que vai falar bastante sobre certificações e
963outros encaminhamentos, outros textos, outros temas aqui ligados. Na realidade, nós
964passamos a compreender hoje, com a leitura, de que o papel da Câmara neste momento vai
965acabar sobrando muito pouco porque muita coisa já teve encontro com outros setores, com
966outros Ministérios, inclusive, que já fazem em conjunto. Então, nós avaliamos que não é
967interessante para a Câmara assumir um papel que não é dela, até porque a sua própria
968formação não é função técnica, mas é função política de gestão. Então, vamos dar seguimento
969com o Fernando, companheiro que vem administrando exatamente essa reunião de Cuiabá,
970tem toda a memória da reunião. Eu vou passar a palavra para o Fernando fazer o
971encaminhamento.

972

973

974 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA)** - Obrigado. Boa-tarde. Vamos
975agora passar a palavra ao Mário Cardoso, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento
976Rural Sustentável, que vai trazer aqui umas contribuições sobre temas que estão no relatório,
977nos pontos relacionados a biocombustível, zoneamento e certificação. Posteriormente, mais
978tarde, o diretor do Serviço Florestal, Tasso Azevedo, também dará uma contribuição para nós,
979mas ele pediu que só poderia chegar à 16h, e que nós pudéssemos aguardá-lo. Então, eu vou
980passar a palavra ao Mário. E depois, se vocês tiverem alguma pergunta e depois nós podemos
981entrar na discussão sobre o relatório, se tiver algum encaminhamento a ser feito que já

982pudermos traçar dentro dessas limitações que o presidente observou. E posteriormente nós
983receberíamos o Tasso para fechar a avaliação sobre o relatório das propostas do seminário.
984Então, passo a palavra ao Mário e já agradeço a presença dele.

985

986

987

O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA) – Meu nome é Mário Cardoso. Sou da
988Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, mais precisamente da
989Diretoria de Desenvolvimento Rural Sustentável aqui do Ministério do Meio Ambiente. Nós
990trabalhamos tanto com a questão do agronegócio quanto agricultura familiar e o seu viés em
991cima de biocombustíveis e assim por diante, dentro de Diretoria. Quanto à certificação, eu
992conversei com o Fernando bastante esses dias ao telefone, qual era a intenção, qual foi o foco
993do trabalho em cima de certificação, da discussão em cima de certificação, em Cuiabá, e qual
994seria a idéia da Câmara Técnica, o que estaria sendo discutido aqui no momento. Eu fiz uma
995contextualização desse histórico, como é que começou. Na metade do ano passado, quando
996surgiu na mídia, principalmente por parte da Casa Civil, do Presidente da República, uma idéia
997de certificação, a criação de um selo sócio-ambiental – não era nem certificação que era falado
998– era Selo Socioambiental do Etanol. Essa discussão foi mais ou menos em julho do ano
999passado, que começou capitaneada, coordenada pela Casa Civil e compreendendo todos os
1000Ministérios aqui da Esplanada. Então, foi um processo de conhecimento de saber o nós
1001queríamos. Criou-se primeiro o fato e depois, agora vamos correr para ver como é que nós
1002vamos atender essa possibilidade de nós darmos algum caráter sócio-ambiental favorável à
1003questão da produção do biocombustível. Em suma, era isso. Principalmente, não somente, mas
1004principalmente para atendimento à demanda de mercado externo e interno também aqui dentro
1005do País. Foi visto que já existiam algumas iniciativas nesse sentido de processo de certificação,
1006não era uma coisa nova, ninguém estaria inventando a roda, já estavam sendo feitos alguns
1007trabalhos nesse sentido, daí nós voltamos atrás e começamos a sistematizar e buscar esses
1008trabalhos que já estavam em andamento. Já tinha um trabalho, por parte do Governo, pela
1009Embrapa Monitoramento em Satélite, lá em Campinas, já estavam fazendo um trabalho nesse
1010sentido. Tinha um outro trabalho, mais ou menos, não era bem uma certificação, mas que
1011tratava somente da questão ambiental, que era da Embrapa Meio Ambiental, em Jaguariúna.
1012Tinha um trabalho do INMETRO, do pessoal do Jornada, já estava fazendo. Já tinha um
1013trabalho em andamento. Até, logo na seqüência, já em agosto ou final de julho já teve uma
1014reunião painel setorial, em Xerém, numa das estações do INMETRO. Então, nós pegamos
1015todos esses trabalhos e começamos a articular junto com essas diversas instituições que
1016estavam fazendo alguns trabalhos. E uma idéia nós já descartamos a princípio: é começarmos
1017a fazer de novo, quer dizer, não tem sentido ficar três, quatro instituições dentro do próprio
1018Governo fazendo a mesma coisa. Nós nem temos pessoal para fazer isso e nem temos
1019dinheiro para fazer isso para nós desperdiçamos esforços e recursos nesse sentido. Eu
1020comentei com o Fernando que agora em dezembro passado eu fui até a Embrapa
1021Monitoramento conhecer o processo que eles estavam fazendo, processo deles, da Embrapa.
1022Ele não é para biocombustível especificamente. Aliás, era uma discussão: “Para que nós
1023vamos fazer um processo de certificação para o Etanol, para uma cultura específica?” Nós
1024temos que certificar a cadeia da agropecuária de modo geral, pegar todo o processo de
1025produção, tanto do Etanol, no caso da cana-de-açúcar, do biodiesel, o que quer que seja, um
1026que sirva para a questão da parte do processo da agricultura, da agropecuária no campo, um
1027englobe tudo isso, porque na indústria, nós já temos muita coisa: já temos ISO 14000, já temos
1028uma série de outros instrumentos. O que falta para nós é justamente um sistema que abarque
1029a questão do campo, a questão da parte rural. E o trabalho da Embrapa era neste sentido: era
1030de indicadores de sustentabilidade dos produtos agropecuários com base territorial. É um
1031trabalho bem denso, um trabalho que já vinho sendo desenvolvido mais ou menos há dois anos
1032pela Embrapa, pelo pessoal do Evaristo Miranda, que é o coordenador da Embrapa
1033Monitoramento, e o técnico, era o Ari, que estava acompanhando isso diretamente. Eu fiquei
1034uma manhã inteira na Embrapa e ele me mostrou... Ele atende e muito principalmente a
1035questão da legislação ambiental, a questão de reserva legal, de APP. Isso está tudo dentro do
1036processo. Não é um processo que exclui como nós vemos muitas vezes que apesar de o
1037discurso ser falado que certificação é mais do que o atendimento à legislação, o que nós
1038vemos é que certificação é o atendimento onde convenha à legislação e não em toda a
1039legislação. Então, tira-se a questão da reserva legal, tira-se a questão e depois se fala que é
1040um processo de certificação. Aquele não, ele tinha tudo. Estava sendo colocado... É lógico que
1041é um processo. A partir do momento em que a pessoa se dispõe a ser certificado, ao

1042proprietário rural, à empresa de agropecuária queira ser certificada dentro daquele processo,
1043ele vai entrar num processo de adaptação e de construção. Ele vai ter uma pontuação se ele
1044implementar e ali ele vai buscando a melhoria que corresponde tanto a atendimento à
1045legislação quanto a processos mais interessantes do ponto de vista de sustentabilidade
1046ambiental e de justiça social. Então, nós tomamos por base, aqui no Ministério do Meio
1047Ambiente, através da Secretaria, o Secretário Egon, a estar articulando com a Embrapa, por
1048dois motivos: um, que tinham dois anos de *know-how*, dois de acúmulo nesse processo. Era
1049uma coisa nova, nós íamos começar do zero. Segundo, por ser a Embrapa, uma instituição
1050técnica muito mais próxima do produtor, do proprietário que é que a gente quer atingir, porque
1051o processo de certificação é um processo voluntário, independente, é um instrumento de
1052mercado. Se não tiver... Se uma das duas pontas, quem compra ou quem vende, não quiser se
1053adaptar, não quiser incorporar, dificilmente nós vamos ter efetivamente na utilização da
1054certificação. Se nós já temos uma instituição, que é a Embrapa, fazendo isso, nós já temos
1055meio caminhando andado, nós já temos uma facilidade de acesso, de penetração. Nós só
1056temos que garantir que a nossa parte, o que cabe ao Ministério do Meio Ambiente, que é a
1057questão ambiental, seja tratado da maneira correta, da maneira que nós consideramos correta,
1058principalmente no que tange ao atendimento à legislação. E pelo que eu vi, atende. Nós ainda
1059estamos nesse processo de negociação, nós, o Secretário Egon Krakhecke com o Secretário
1060do MAPA, o Márcio Porto Carreiro, para saber de que maneira nós podemos colocar isso em
1061prática, essa articulação, essa parceria, mas em cima dessa conversa que eu tive com o
1062Fernando - eu já falei com o meu Secretário - nós achamos interessante que esse instrumento
1063ganhe maior legitimidade até incorporando, de repente, esta Câmara Técnica do CONAMA,
1064que ela tenha conhecimento e que seja apresentado aqui esse instrumento que está sendo
1065desenvolvido no âmbito do Embrapa para que nós não comecemos sempre da estaca zero,
1066achando que estamos fazendo uma coisa nova. E já tem processos que já foram negociados,
1067que já foram... Nós já passamos tantos percalços, nós temos que aproveitar um pouquinho das
1068lições aprendidas. Eu acho que esse exemplo da Embrapa é um exemplo interessante. Então,
1069dentro dessa questão, desse assunto certificação, o nosso papel hoje, a nossa ação hoje está
1070sendo junto à Embrapa, articulando junto com a Embrapa. No caso, é o Secretário Márcio Porto
1071Carreiro e o nosso Secretário Egon Krakhecke. Então, é ali que nós estamos atuando. Até esse
1072processo ele deu uma parada o ano passado porque teve um rebatimento ali negativo por parte
1073do próprio setor quanto à questão do atendimento à legislação. Eles queriam tirar o
1074atendimento à legislação ambiental do processo de certificação e a Embrapa não concordou
1075com esse processo. Então, ele deu uma brecada, teve um certo ruído ali em torno de MAPA,
1076Embrapa e setor. E nós queremos entrar nesse processo justamente para reforçar a
1077importância e outras... Se não for para atender a legislação, então não tenha a certificação,
1078seja uma outra coisa não isso, não vamos nos enganar aqui. É difícil o processo. Nós achamos
1079um absurdo, mas o processo de Certificado de Conformidade Ambiental de São Paulo em cima
1080da cana-de-açúcar não tem reserva legal, inclusive na reunião que teve, que estava o pessoal
1081da ÚNICA, que estava o pessoal da Secretária de Meio Ambiente, eles apresentaram... Eles
1082estão com um processo – eu não sei se vocês já viram, sai isso na mídia direto, eles colocam
1083isso direto como uma grande coisa. Eu comentei: “Na apresentação, eu não vi, eu queria saber
1084se tem reserva legal nisso ou não?” Eles falaram: “Não. Reserva legal é um problema que nós
1085estamos discutindo em outro campo”. Eu disse: “Qual campo?” “No Congresso”. Não tem nada.
1086Simplesmente não existe a reserva legal naquele processo. Tem APP, mas não tem reserva
1087legal. Então, é isso que nós não queremos. Nós não queremos endossar um processo que não
1088considera a legislação com um todo e nem queremos fazer... Então, parece estranho, mas
1089existem umas ações nesse sentido. Essa certificação, Fernando, que eu tinha para falar, em
1090linhas gerais, isso era aqui. Agora, eu estou com pessoal... Eu não sei se tem alguma pergunta,
1091alguma coisa nesse sentido para que nós possamos passar para outro ponto. Nós estamos
1092agora em reunião na SDR, reunião de planejamento, foi ontem e hoje, justamente coincidiu
1093com os dois dias da Câmara Técnica. O pessoal do Zoneamento está lá na reunião agora. Eu
1094consegui dar uma escapada e vou falar um pouquinho da questão do zoneamento, do ZEE e
1095do ZAE – Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar, até onde isso tenho conhecimento,
1096mais do que aquilo ali, depois nós conversamos com o pessoal do próprio zoneamento, o
1097Dupret, o próprio diretor, o Roberto Vicentin. Eu não sei se foi colocada alguma coisa em cima
1098de zoneamento da produção de Etanol, de cana, alguma coisa nesse sentido. Foi falado?
1099Deixa-me falar um pouquinho desse Zoneamento Agroecológico, que é esse que está sendo
1100feito agora, que também foi criado mais ou menos de mesma época, em julho do ano passado,
1101como resposta também a um momento ali, a mídia, uma pressão da mídia, grande, foi falado

1102desse instrumento e que até de certa forma foi interessante que acontecesse porque forçou
1103uma articulação entre MAPA e Ministério do Meio Ambiente com o objetivo mais ou menos
1104comum, que era você coordenar a ocupação do espaço, ordenar a ocupação do espaço com a
1105cultura de cana-de-açúcar, não é impedir e nem facilitar, é ordenar, onde que pode, como que
1106é melhor que ela se expanda, para aonde que é melhor que ela se expanda. Então, foi uma
1107parceria que foi feita, uma parceria inédita até, MAPA e Ministério do Meio Ambiente, não é
1108uma coisa muito comum de acontecer, mas foi ótimo. Onde foi colocada principalmente a
1109questão ambiental quanto às restrições, unidade de conservação, que terras indígenas, áreas
1110prioritárias, aquele mapa de áreas prioritárias para conservação e remanescentes. Isso quase
1111nunca é considerado. Foi colocado também. É uma restrição colocada no projeto, no Zoneamento
1112Agroecológico. E outra: que ele pega os ZEEs, os zoneamento estaduais que estão sendo
1113feitos, mesmo aqueles que não estão finalizados, mas que já têm alguma coisa definida já em
1114relação à área para agricultura, para consolidação da atividade agropecuária, ele já vai
1115destacar do mapa do Estado essa região que já é considerada apta para a agropecuária. E é
1116ali que vai ser feito. Então, você tira do Estado, onde que o zoneamento... Cada Estado está
1117num passo diferente, numa etapa diferente na construção do seu zoneamento, mas quase
1118todos eles já têm isso mais ou menos definido qual era essa região. Então, nós estacamos
1119essa região e tiramos onde a gente coloca "restrição ambiental", no caso, áreas prioritária para
1120conservação segundo aquele mapa que o Ministério do Meio Ambiente fez através da SBF;
1121tira-se esse remanescentes, onde ainda existem remanescentes de mapa nativa, unidades de
1122conservação e terras indígenas. E naquele região que sobrou desse processo todo é que você
1123faz um zoneamento agrícola, quer dizer, você considera a área mais propícia para o
1124desenvolvimento da cultura cana-de-açúcar. Então, você leva em consideração... É mais ou
1125menos, porque não tem um ZEE finalizado ainda. Nós pegamos uma parte do ZEE, uma etapa
1126do ZEE, não é ainda o ZEE lei, não é aquele ZEE ainda que já passasse pela Assembléia
1127Legislativa e assim por diante, que são poucos que estão nesse estágio, nós pegamos no
1128processo de construção do ZEE essa informação que nós queremos, que é a área apta para a
1129agropecuária. E coloca-se nessa área que foi delimitada como propícia, como sem restrição
1130ambiental para a cana-de-açúcar, se coloca a questão de solo, clima e precipitação onde é
1131melhor o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. Daí é a questão da produção. Aí é o
1132papel do MAPA - Ministério da Agricultura, colocar qual a região mais apta e menos apta dentro
1133daquela que não teria restrição nenhuma para se plantar, para se desenvolver a cana-de-
1134açúcar. E o resultado disso tudo, definindo essas regiões, aquela região que não pode ser
1135plantada cana-de-açúcar ou que ela não vai receber nenhum tipo de subsídio, financiamento...
1136Aí é a questão do zoneamento. O zoneamento, você tem que amarrá-lo a uma série de outros
1137instrumentos. Ele por si só, ele não é a política pública, ele não é a gestão, ele é instrumento
1138para, ele subsidia a gestão, você amarra os outros instrumentos a ele. Então, ali você tem as
1139regiões mais propícias. Serve até de gestão para o próprio capital privado: onde você
1140desenvolver que não vai atender um problema de repente com uma terra indígena ao seu lado
1141ou uma área que não seja muito interessante do ponto de vista de solo, clima, precipitação e
1142assim por diante. E também como um norteador da infra-estrutura. Fala-se muito de
1143alcoodutos, de infra-estrutura própria para o desenvolvimento da cana-de-açúcar e da usina,
1144da indústria sucroalcooleira, tem uma série de questões que são colocadas que se você puder,
1145não só o Governo Federal, o Estado e municípios reforçar aquilo que foi posto como resultado
1146do ZAE - Zoneamento Agroecológico da cana é melhor ainda. Se você delimitar já a infra-
1147estrutura, a parte de qualificação profissional, por exemplo, que não existe. Hoje em dia, se
1148todas as usinas que estão em projeto ficarem prontas, hoje não teria gente para trabalhar; tem
1149gente no corte de cana, mas na indústria não tem gente, não tem pessoal capacitado para
1150tanto. Então, você tem que dar essas condições. Se você já aproveita a proximidade de uma
1151região que é apta para a cultura cana-de-açúcar e ali você já coloca a infra-estrutura e você dá
1152toda... Tem que acontecer ali. Você tem que dar todos os instrumentos e todas condições
1153favoráveis para acontecer ali. E o inverso, onde você não quer que ocorra a cana-de-açúcar.
1154Então, o ponto nosso, nós estamos na finalização desses estudos, principalmente por parte do
1155MAPA, nós prevemos que em três ou quatro meses nós já tenhamos um retrato desse ZAE
1156para estar apresentando não só aqui, mas para a mídia, para o público em geral, em julho
1157agora de 2008, só da cana-de-açúcar. As restrições, você pode extrapolar para os outros, mas
1158a questão da produção de cana-de-açúcar é só cana-de-açúcar porque você tem exigências
1159quanto a solo, a clima, precipitação, estresse hídrico. Muito se falou da questão do estresse
1160hídrico da cana. A cana precisa de um tempo sem água para poder acumular a sacarose no
1161colmo para você poder colher. Esse tempo não pode ser muito curto porque senão você tem

1162que concentrar toda a colheita num tempo muito curto. E nem pode ser muito longo, que cana
1163morra de sede. Tem toda uma lógica no plantio de cana que nós temos que seguir. Outra
1164questão que foi colocada aqui, que vocês devem ter colocado, foi a questão do Zoneamento
1165Ecológico Econômico. Os Estados, todos eles estão desenvolvendo os seus processos de
1166Zoneamento Ecológico Econômico, com exceção, creio eu, que do Rio Grande do Sul que
1167parece que não tem uma ação muito bem orquestrada, mas todos parece que já têm alguma
1168coisa em estágios diferentes de formulação do ZEE. O ZEE não é fácil, não é um instrumento
1169simples. É um instrumento extremamente complexo, que envolve uma série de atores com
1170interesses e objetivos distintos. É uma orquestração meio complicada de ser feita. Então, por
1171isso que demora muito tempo para ser finalizado. Nós tivemos, por exemplo, o ZEE do Mato
1172Grosso já está há coisa de sete, oito anos sendo feito. Ele já vem sendo feito há muito tempo.
1173A parte técnica já acabou há muito tempo. No processo de construção ele foi tecnicamente
1174muito bom, mas ele se esqueceu de consultar os fusos, ele se esqueceu de consultar a
1175Assembléia. E na hora que passou pela Assembléia, cadê o ZEE? Não foi aprovado. Voltou o
1176ZEE. Ele não foi aprovado ainda. O ZEE do Mato Grosso já foi para a Assembléia, eu acho que
1177duas ou três vezes. Vai e volta. Porque o processo de instrução não envolveu todos os atores
1178que estavam envolvidos no processo de ocupação do território. Então, apesar de ter sido mais
1179fácil de fazer, mas não adianta nada se você não consegue efetivá-lo no final. Rondônia saiu.
1180Rondônia foi o único que teve começo, meio e fim, depois de dez anos. Está obedecendo
1181principalmente quanto à questão da redução da reserva legal. Nós temos que ter muito cuidado
1182em cima disto, de zoneamento não virar um instrumento simplesmente para redução de
1183reserva legal para fins de recuperação de área desmatada.

1184

1185

1186 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA)** – Se me permite um aparte,
1187quando é feita a autorização para redução da reserva legal, tem que tramitar no CONAMA. Diz
1188a lei que ela deve tramitar no CONAMA. E o de Rondônia passou, em 2006, se não me
1189engano, pelo CONAMA. Foi apreciado pela Câmara Técnica, pelo Plenário e após aprovado,
1190depois de tramitar no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério da Agricultura, ele veio ao
1191CONAMA, passou por aqui e aí sim é que virou uma recomendação autorizando ao Poder
1192Executivo, ao Presidente da República, editar um Decreto permitindo a redução da área. E no
1193ano passado, agora no final do ano... O Acre...

1194

1195

1196 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – Lembrando que é até 50%, mas
1197parece que essa gradação não existe, é de 80 para 50%, mas não é. Na lei diz “até 50%”.
1198Então, já se coloca o outro patamar, e só para recuperação, a pessoa tem que recuperar até os
119950%, não é que ela tenha autorização para desmatar até 50%. Não. É até 50. Por exemplo, se
1200ele tem 30%, ele tem que recuperar só até 50, então faltam só mais 20, não é que ele pode
1201desmatar de 80 para ir para 50. Os passivos são gigantescos - esses dias teve uma reunião em
1202Rondônia - eu acho que são 7 milhões de hectares desmatados; no Pará, dizem que é alguma
1203coisa entre 16 e 18 milhões de hectares desmatados; tem regiões que não têm mais nem 20%;
1204tem municípios do Pará que têm uma área vegetada menor do que 20%, 30%, 40%, quer dizer,
1205longe de ter os 80%. Isso, considerando o todo. Não estamos considerando cada uma das
1206propriedades. Pode ser que tenha propriedade que esteja toda desmatada. Quer dizer, o
1207passivo que nós estamos trabalho é um passivo gigantesco. Se nós quisermos atuar nesse
1208passivo, nós vamos ter que enfrentar uma série de problemas. Mesmo se todos os atores
1209quiserem fazer, se todo mundo: “Não, então, tudo bem, vamos lá plantar os 80%”, nós não
1210vamos ter uma mudas, nós não vamos ter uma série de outras questões. Vai ser um processo
1211de vinte anos para nós conseguirmos fazer isso, se todos quisessem, colocando esta condição:
1212se todos quisessem. Então, eu acho que foi colocada alguma coisa quanto à exigência do
1213zoneamento em processo de financiamento, alguma coisa no sentido, Fernando? Eu não
1214lembro muito bem. Eu dei uma passada bem rápida aqui. Quanto ao zoneamento, eu acho que
1215foi colocada alguma coisa na parte de financiamento, que atendesse o que está previsto no
1216zoneamento.

1217

1218

1219 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA)** - Foi uma sugestão de Cuiabá
1220de considerar que bancos ou entidades que estiverem financiando, ou financiamento público
1221mesmo, considerassem o ZEE nos seus procedimentos relativos a projetos de agropecuária e

1222silvicultura, especialmente pelos bancos públicos federais. Tem essa questão de ser por lei
1223mesmo. Já está vinculado.

1224

1225

1226 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – Exatamente. O problema todo do ZEE
1227é esse. Aliás, se nós conseguíssemos colocar isso em relação ao ZAE, por exemplo, ao
1228zoneamento da cana, isso terá que ser discutido dentro do CONAMA. Eu não sei a
1229possibilidade. O pessoal da área de Direito é que sabe como é que nós poderíamos amarrar o
1230zoneamento agroecológico da cana a, por exemplo, a liberação da licença da usina, vincular
1231uma coisa à outra porque só o estudo, só o zoneamento não vai fazer, não tem efetividade. Se
1232não tiver amarrado a um instrumento econômico, a um instrumento de licenciamento, a um
1233instrumento regulatório, não vai ter efetividade a utilização dele. É isso, em linhas gerais.

1234

1235 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** - Algum questionamento? Eu
1236tenho um primeiro: você disse que em julho estará pronto o ZAE da cana-de-açúcar. É isso?
1237No Brasil todo?

1238

1239

1240 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – Exatamente, na região que eles
1241pegaram. Não pegaram o Brasil todo. Por exemplo, Rio Grande do Sul não está, Santa
1242Catarina não está. É a região que tem previsão já de expansão de cana-de-açúcar. Então, é do
1243Paraná para cima, aquela região do Centro-Oeste e assim por diante, não é todo o Brasil,
1244principalmente o Cerrado.

1245

1246

1247 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (Secretaria Especial dos Direitos Humanos)** -
1248Não está incluído o Nordeste nessa área não?

1249

1250

1251 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – Não porque já está consolidado.

1252

1253

1254 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (Secretaria Especial dos Direitos Humanos)** -
1255Não tem expansão lá mais?

1256

1257

1258 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – Não tem expansão no Nordeste O
1259Nordeste agora, até é uma questão...

1260

1261

1262 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** – Nós estamos vivenciando o
1263Nordeste agora, principalmente em usinas. E nós temos vivenciado inclusive de licenciar o
1264avanço de outras culturas da cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar invadindo outras culturas. Não
1265é brinquedo não.

1266

1267

1268 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – Não é pouca coisa não. O que nós
1269temos visto é que a participação do Nordeste no mercado como um todo, não por estar
1270diminuindo a área plantada, a área plantada é a mesma, coisa de 1 milhão e poucos mil
1271hectares, a área é a mesma de dez anos atrás. Talvez ela esteja mudando a distribuição dela
1272dentro do Nordeste. Muitos grupos do Nordeste estão indo para o Centro-Sul. Tem muitos
1273grupos indo para Goiás, para Minas Gerais principalmente, tem muita gente descendo.

1274

1275

1276 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** - Uma coisa interessante, é o
1277que você colocou, o que define o zoneamento da cana, o que não tiver é para o restante, você
1278vai definir... Por exemplo, na questão dos assentamentos da reforma agrária, que é algo que o
1279embate é muito grande, a discussão é muito profícua. Os grandes latifúndios, as usinas de
1280cana-de-açúcar, que no entorno, sempre faziam o plantio, sempre avançam nas áreas - e
1281essas são sempre as áreas de conflitos – de assentamento, e eles acabam cedendo. Então, se

1282nós tivéssemos esse zoneamento no Nordeste, inclusive, dessa aptidão, já poderia fazer a
1283reforma agrária, liberação dos assentamentos, licenciamento dos assentamentos, prevendo um
1284avanço em função da afinidade dessa região para isso. Então, eu acho que estaria muito
1285ligado, não só à questão do zoneamento, no caso do ZAE, que é prioritário, evidentemente,
1286mas fundamentaria também o processo de licenciamento dos assentamentos, que não é
1287pouco, quem vivencia isso, é muito.

1288

1289

1290 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (Secretaria Especial dos Direitos Humanos) -**
1291Principalmente em Pernambuco. Em Pernambuco é grave o conflito social. Eu mexo com
1292mediação de conflitos agrários. Então, é gravíssimo as usinas em conflito com grupos
1293familiares lá e o movimento dos sem-terra. É complicado. Todo os dias são mortes,
1294assassinatos, prisões. É muito complicado. E realmente, talvez você que está nesse grupo,
1295seria interessante olhar principalmente Pernambuco, que a situação é muito grave.

1296

1297

1298 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA) –** Talvez não seja a mesma lógica do
1299ZAE, que o ZAE, eu acho que ele trabalha com espaços grandes. Eu acho que o problema no
1300Nordeste com o problema de deslocamento dessas usinas, talvez sair de uma área para outra,
1301mas não é uma coisa de ocupar uma área enorme como está acontecendo, por exemplo, em
1302Tocantins, Mato Grosso do Sul, que não sai do quase zero. Eu acho que tinham uma ou duas
1303usinas no Mato Grosso do Sul, de repente para quase vinte em projeto agora para
1304licenciamento. É uma coisa grande, muito ostensiva. Eu não sei se é o caso do Nordeste, se
1305vai ser mais ou menos esse. Nós temos outros instrumentos aqui dentro do Ministério, que nós
1306estamos procurando desenvolver, que trabalha mais a questão do recorte propriedade rural,
1307você identificar, georeferenciar, espacializar a propriedade rural e ali você monitorar essa
1308ocupação.

1309

1310

1311 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe) -** Esse é um aspecto importante.
1312Eu vejo outro também como importante, o ZAE também como importante para seguir, mas,
1313claro, esse também é um aspecto importante, principalmente no processo de licenciamento de
1314assentamentos. É um grande gargalo.

1315

1316

1317 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA) –** E nem pode. Eu não sei como é que
1318está isso lá, mas, por exemplo, em São Paulo, eu acho que onze assentados perderam o título
1319– perderam o título não, porque eles não tinham – perderam a pose da terra porque eles
1320plantaram cana na propriedade. E eles têm uma limitação quanto à área que eles podem ceder
1321para plantio de cana-de-açúcar porque a lógica da reforma agrária foi feita para segurança
1322alimentar.

1323

1324

1325 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe) -** Vira uma cadeia produtiva
1326porque o assentado tem que deixar reserva legal, deixa os 20%, o grileiro do lado planta cana-
1327de-açúcar e fica no ouvido do assentado para vender para deixar plantar cana-de-açúcar
1328também, e acaba vendendo e acaba sendo dominado por isso.

1329

1330

1331 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (Secretaria Especial dos Direitos Humanos)**
1332– Inclusive esse é um problema sério no Triângulo Mineiro porque, para vocês terem uma idéia,
1333há um estudo da EMATER de Minas que parece que cada hectare de cana para o assentado
1334rende em torno de mil reais líquidos. Mil reais por ano por cada hectare no bolso para o
1335assentado, que mexe com pequenas culturas, isso para ele... Então, lá em Minas, No
1336Triângulo Mineiro, tem três assentamentos que a cana está tomando conta: Iturama e Campo
1337Florido. Então, dois assentamentos de sucesso que produziam muito e as usinas estão
1338arrendando os assentados. Os assentados plantando...

1339

1340

1341 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** - É uma tentação para o
1342assentado e uma desgraça para a natureza. Você já tem que manter os 20% de reserva legal
1343muitas vezes fragmentado, o que não é o ideal. Mas, às vezes, você tem que manter
1344fragmentando senão não dá licenciar o assentamento. E aí ele é cantado, ele é iludido e vai e
1345vende mesmo.

1346

1347

1348 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – E esse problema de ocupação e de
1349pressão em cima de áreas de assentamentos de agricultura cada vez vai ser maior. Esse que
1350eu estou contando é um caso em Araraquara, quer dizer, uma região que já estava
1351praticamente toda consolidada em cana-de-açúcar, ali próximo de Ribeirão Preto. Tinha citrus,
1352mas já estava diminuindo com o tempo.

1353

1354

1355 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** - Principalmente com a cana,
1356Mário. A definição de matriz energética do Brasil, a cana passa a ter uma influência muito
1357grande em tudo.

1358

1359

1360 **O SR. CLEBER RODRIGUES DE PAULA (Caeté ONG's Sul)** - Eu queria fazer uma
1361observação quanto a também outra cultura que tem provocado algum impacto também, que é o
1362plantio do pinus e eucalipto, principalmente que está atacando culturas como... Por exemplo,
1363tem uma região em Espírito Santo que tem 40 etnias na região e após a Aracruz Celulose se
1364implantar lá, hoje tem quatro. Quer dizer, são culturas que estão deslocadas. Isso também
1365seria objeto também de um zoneamento? Porque essas culturas de eucalipto e pinus estão
1366ocupando áreas já consolidadas há anos, principalmente por pastagens. Então, seria também
1367objeto de zoneamento para poder disciplinar esse tipo de coisa?

1368

1369

1370 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – No caso, é um trabalho específico que
1371está sendo feito só com cana-de-açúcar, esse agora, esse ZAE da cana-de-açúcar. Então, está
1372atuando nas regiões em que está tendo expansão, ou anunciada ou efetiva, da cultura da cana-
1373de-açúcar para produção principalmente de Etanol, mas não é só Etanol, mas principalmente
1374Etanol. Agora, o zoneamento, o ZEE, na definição das suas áreas para agricultura, para
1375expansão, para consolidação, ele tem que dar essas respostas; o ZEE tem que dar essas
1376respostas, não especificamente para a silvicultura, mas para a agropecuária de modo geral,
1377áreas que não são aptas ou que não são propícias ou que não sejam interessantes por ter
1378alguma fragilidade ambiental muito grande ou sócio-ambiental muito grande e que seja retirado
1379do ZEE, pode se dizer assim. Então, nós não especificamente para uma cultura. Daí teria que
1380ser um outro ZAE, um Zoneamento Agroecológico. E aí ia ser pior ainda porque nem ia pegar
1381porque tem eucalipto sendo plantado do Pará, Maranhão até o Rio Grande do Sul, literalmente.

1382

1383

1384 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** – Eu vi alguma coisa sobre o
1385feijão, ZAE de feijão-caupi. Eu não sei onde eu vi isso.

1386

1387

1388 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – Mas é ZAE ou Zoneamento Agrícola
1389de Risco Climático?

1390

1391

1392 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** – Eu não sei se é Zoneamento
1393Agroecológico, mas é um zoneamento agrônomico para plantio do feijão.

1394

1395

1396 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – Isso tem várias culturas sendo feitas.
1397E é um processo dinâmico. Conforme vão sendo criadas variedades, conforme vai tendo
1398melhoramento genético, você é obrigado a fazer um novo zoneamento porque aquela restrição,
1399às vezes, deixa de ser restrição. Essa restrição, por exemplo, que eu coloquei da cana-de-
1400açúcar em relação ao clima, o melhoramento, a tranguenia podem deixar isso para o passado,

1401de repente; amanhã pode ter uma variedade que não precisa de todo esse estresse ou que o
1402estresse pode ser induzido de outra maneira sem ser pela falta de água. Pode acontecer. Ou
1403estresse químico. Às vezes, pode ser induzido quimicamente também. Pode acontecer.

1404

1405

1406 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** - Mais algum comentário?
1407Alguma pergunta? Eu gostaria de agradecer ao Mário, inclusive parece que ele tem um
1408compromisso agora à tarde ainda. Eu gostaria de agradecer muito a sua presença. Muito
1409obrigado pela contribuição.

1410

1411

1412 **O SR. MÁRIO A. C. CARDOSO (SEDR/MMA)** – Eu vou voltar para a reunião.
1413Precisando é só nos chamar, que estaremos disponíveis. E é para isso mesmo que nós
1414estamos aqui. Obrigado e até mais.

1415

1416

1417 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** – Uma inversão de pauta: às
141816h nós teremos o Tasso, que irá contribuir também com o tema O Seminário de Cuiabá. Para
1419que nós não fiquemos com esse tema perdido, nós vamos pular para o item 4, aproveitar,
1420inclusive, a presença dos companheiros que estão aqui presentes para contribuir aqui neste
1421parecer do item 4. O item 4 é a Proposta de Criação do Grupo de Trabalho sobre Créditos de
1422Carbono. Essa proposta é da APEDEMA, no requerimento, da criação de um Grupo de
1423Trabalho evidentemente específico para avaliar os créditos de Carbono. O encaminhamento é:
1424“Apresentação do requerimento e do parecer técnico da Secretaria de Mudanças Climáticas e
1425Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Quem está representando a Secretaria?
1426É a Núbia. Então, vamos ouvir a Núbia a respeito dessa proposta na pauta.

1427

1428

1429 **A SRª. NÚBIA ELIZABETH DE SANTANA E SILVA (DEMA/SMCQ/MMA)** – Então, o
1430parecer da Secretaria foi favorável à criação desse Grupo de Trabalho. E como eu havia falado
1431pela manhã, não se esquecendo da limitação que se tem de alterar os critérios que regem a
1432avaliação dos projetos de MDL no âmbito do Protocolo de Kyoto e dando uma ênfase nos
1433trabalhos do Grupo para a parte do desenvolvimento sustentável, da garantia de que esses
1434projetos estariam contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Inclusive, durante a
1435avaliação desses projetos, há uma consulta a atores interessados, da região, do município
1436onde vai ser implementada a atividade, que nós acreditamos que o CONAMA possa estar
1437auxiliando esse grupo que vai ser criado, auxiliando numa maior articulação com esses atores
1438para que eles dêem uma contrapartida à consulta que é feito a eles sobre o projeto e também
1439auxiliar na articulação com os órgãos ambientais que também são consultados a respeito do
1440licenciamento ambiental das atividades, porque são atividades econômicas comuns: de aterros
1441sanitários, suinoculturas, que precisam do licenciamento ambiental. Então, eu acho que a
1442atuação do grupo seria mais com este enfoque, do desenvolvimento sustentável e do impacto
1443ambiental da atividade do projeto.

1444

1445

1446 **O SR. THIAGO CAMARGO (ANAMMA)** - Presidente, eu li o processo, pelo menos o
1447início dele. O autor do pedido está aqui? Eu achei extremamente meritório a partir do seguinte
1448ponto de vista: o que ele dispõe no pedido dele é uma preocupação porque, por exemplo,
1449muitos municípios, que é comum na administração brasileira, os municípios licitam a
1450administração, o gerenciamento dos seus aterros sanitários e algumas empresas vencedoras
1451desses processos implantaram mecanismo de desenvolvimento limpo e vendera esses créditos
1452de Carbono, e o município em si não aferiu nenhum recurso com isso, sendo que quem estuda
1453Direito Ambiental sabe que se trata de Direito Difuso, Coletivo, e até a propriedade do lixo, é
1454uma propriedade coletiva, uma propriedade de todos, portanto, qualquer lucro a partir gerado a
1455partir dele, qualquer lucro gerado a partir dos resíduos, da disposição deles, deve ser repartido
1456com a sociedade. Então, o que se supõe é que o direito que uma pessoa, que uma empresa
1457tem de gerenciar os resíduos de uma cidade, que não é nem direito, no caso, é dever porque
1458ele assume uma obrigação, é um dever de gerenciar porque ele é pago para isso, não é nem
1459direito de gerenciar, concessão, é um dever, então, no contrato que se faz é o dever dele, não
1460lhe garante o direito acessório de aferir mais crédito com isso. Então, nesse ponto, eu achei

1461extremamente meritório. Então, eu, particularmente, fiquei interessando, eu sou extremamente
1462favorável à criação desse Grupo de Trabalho desde que ele tenha esse apontamento, porque
1463da maneira genérica como foi colocada a criação, vai causar interpretações dúbias, vai causar
1464confusão em muitas pessoas: “Não, mas é o mercado que regula”. A primeira impressão
1465realmente que se dá quando se fala em repartição de benefícios é que realmente o mercado
1466regula. E não é, no caso, o escopo do pedido do processo. Eu não estou fazendo defesa a
1467favor, mas só fazendo essa explanação do que o que foi colocado já que o autor não está aqui.
1468Pelo que eu li do pedido e pelo que eu entendi, eu creio ser extremamente meritório e talvez
1469seja um passo até para que no futuro o CONAMA possa, lógico nas limitações dele e se isso
1470for possível, mas dispor também sobre a utilização desses recursos auferidos com os créditos
1471de Carbono pelas administrações municipais. Hoje não tem mais como nós correremos atrás do
1472que fez a Saúde, do que fez a Educação, na Constituição de 88, que é carimbar recursos, mas
1473esse é um recurso novo e que ainda tem-se muito pouca legislação sobre isso. Então, talvez
1474fosse interessante também, depois o próprio CONAMA, e eu não se o âmbito para se discutir
1475isso embrionariamente seria aqui a CETEMA, mas depois se discutir isto, que as
1476administrações municipais que aferirem créditos de Carbono, seja com substituição das
1477lâmpadas, seja com geração de energia, seja com a mera queima de Metano, que elas
1478obrigatoriamente apliquem esse recurso em ações de meio ambiente porque o caso de São
1479Paulo. São Paulo, eles estão conseguindo a 13.6 Euros por crédito de Carbono, e o Prefeito
1480disse que ia investir tudo em meio ambiente. Foi uma declaração meramente política porque,
1481inclusive, quem cuidou de todo esse processo lá foi a Secretaria de Finanças. O Secretário do
1482Verde e Meio Ambiente, que é o Eduardo, não participou de nada disso, ele ficou à margem
1483totalmente do processo. Foi uma declaração meramente política que até agora também não
1484tem sido cumprida. Então, talvez seja o primeiro passo para discutir algo muito importante
1485porque pode ser um incremento no financiamento das práticas ambientais do País, já que
1486existe essa dificuldade de criação de recursos e de disposição de recurso, pode ser mais um
1487passo para que nós possamos estar financiando boas atividades ambientais nos municípios.

1488

1489

1490 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe) -** Continua a discussão.

1491

1492

1493 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA) -** Eu queria só explicar, os
1494Conselheiros talvez não conheçam exatamente o procedimento do CONAMA: os Grupos de
1495Trabalho do CONAMA são instâncias bem abertas, das quais participam todos os interessados
1496da sociedade de uma maneira geral. O CONAMA divulga amplamente, por meio de seu *site* e
1497por todas as pessoas que se cadastram para receber informações do CONAMA a criação e a
1498realização das reuniões dos Grupos. Fora isso, o grupo, para ser criado, ele precisaria também
1499ter a definição de um coordenador, que teria que ser um dos Conselheiros da Câmara aqui e
1500teria que ter um relator. Esse relator poderia ser indicado do próprio Ministério, de um
1501departamento afim ou de qualquer outro público, na verdade, o Regimento nos autoriza a trazer
1502de qualquer órgão público que trabalhe com isso. No caso de MDL, poderia ser alguém, por
1503exemplo, do MCT, que é autoridade nacional para MDL, ou mesmo do Ministério do Meio
1504Ambiente, que trabalhe com a questão de mudanças climáticas. Não há limite de membros e
1505nem um número estabelecido. Nós precisaríamos definir um relator e eventualmente algumas
1506entidades que prioritariamente, os Conselheiros ou pessoas aqui contribuindo sugerissem
1507convocar.

1508

1509

1510 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA) –** Não tem muito a ver com o
1511mérito da coisa, mas só para nós não falarmos tanto em relator, por conta de todos aqueles
1512problemas já cuja natureza a relatoria, na verdade, quem acaba exercendo é a própria
1513Secretaria Executiva do CONAMA, mas isso vai ter modificações. Amanhã, inclusive, já terá
1514uma reunião da revisão do Regimento. Foi adiada? Isso eu não sabia. Mas o importante
1515mesmo do Grupo de Trabalho, para deixar bem consistente e cristalino, de fato o coordenador.
1516Isso é que é fundamental. E aí também o coordenador tinha uma restrição de que teria que ser
1517um dos membros da Câmara Técnica. Não sei se isso já foi superado ou ainda vai ser
1518superado, mas em princípio hoje ainda tem que ser um dos membros da Câmara Técnica.

1519

1520

1521 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA)** - Nós confirmamos depois. O
1522Roberto Monteiro fez um parêntese a respeito da revisão do Regimento do CONAMA, que de
1523fato está em curso. Nós temos uma minuta elaborada pela Secretaria com base em diversas
1524sugestões colhidas nos últimos tempos. E criou-se um grupo assessor constituído por pessoas
1525de cada um dos segmentos que compõem o CONAMA e que deveria iniciar os seus trabalhos
1526amanhã. Agora, parece-me que houve um adiamento dessa reunião. Eu não tenho certeza, nós
1527poderemos confirmar daqui a pouco. E uma das propostas realmente é na mudança em
1528relação à composição do Grupo de Trabalho. Porém o Regimento ainda vigente estabelece
1529este formato: em que o coordenador tem que ser um dos Conselheiros da Câmara que está
1530criando, ou seja, um dos cinco aqui presentes, mesmo porque os dois ausentes não poderia
1531ser imputado a eles essa...

1532

1533

1534 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Desculpe novamente eu
1535interferir, é porque isso criou um óbice muito grande porque, na verdade, a Câmara Técnica
1536pode ter representantes. Então, por exemplo, ADEMA, o senhor presidente é Conselheiro no
1537Plenário, está enquanto Conselheiro aqui na Câmara Técnica, mas ele poderia mandar um
1538terceiro, que seria um representante, mas não é Conselheiro. Então, nós ainda temos essa
1539restrição. O coordenador, da forma como está hoje no Regimento, não é que ele seja da
1540Câmara, ele tem que ser Conselheiro. Isso cria um óbice mais complicado ainda porque a
1541Câmara, como sendo pequena - outra proposta é aumentar o tamanho da Câmara Técnica - de
1542sete membros, se você abre meia dúzia de Grupos de Trabalho, a coisa fica pesada para quem
1543está...

1544

1545

1546 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA)** – Aí entra no segundo ponto
1547que eu ia falar, que se refere ao item 3 da pauta – depois nós entramos mais a fundo - é que é
1548justamente o Grupo de Trabalho de Adaptação às Mudanças Climáticas que já vem
1549funcionando desde o ano passado, que conta com a participação desta Câmara. Na verdade, o
1550coordenador, atualmente ele não é mais Conselheiro da Câmara, que era o represento do
1551Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que na composição anterior integrava a
1552Câmara e agora já não integra mais, mas eles continuam como coordenadores do Grupo. Mas
1553de toda forma já é um grupo que está funcionando no âmbito desta Câmara. Então, nós
1554poderíamos verificar a conveniência ou não de se criar um novo grupo para estudar um
1555assunto relacionado, embora distante, são assuntos diferentes, até o motivo pelo qual eles não
1556foram condensados numa mesma proposta. Recebemos a proposta e direcionamos para outro
1557grupo. Mas são assuntos que desenvolvem mais ou menos as mesmas pessoas, que acaba
1558envolvendo a Secretaria de Mudanças Climáticas e acaba envolvendo os outros que, de uma
1559maneira ou de outra, têm participado daquelas reuniões do Grupo de Adaptação. Então, eu só
1560pediria mesmo que a decisão venha a ser de criar esse grupo e que nós depois para instalá-lo
1561apenas após o encerramento desse daí, até para facilitar os trabalhos, porque vai acabar
1562trazendo o mesmo público alvo. Poderia ser também uma segurança.

1563

1564

1565 **O SR. EVANDRO AMÉRICO COSTA (CNI)** - Fernando, explica também o tempo do
1566Grupo de Trabalho. Tem também o problema do tempo: seis meses e mais seis meses.

1567

1568

1569 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA)** - O Regimento diz que o Grupo
1570de Trabalho é criado por seis meses e depois ele pode ser renovado por mais seis meses e
1571que, inclusive o ponto 3 da pauta é justamente autorizar a renovação do mandato do Grupo
1572que já, na verdade, já esgotou os seis meses, mas como a Câmara de Economia não se reuniu
1573desde então, os seis meses teriam estourado lá para outubro ou novembro, e a Câmara de
1574Economia não se reuniu. Então, esta é a primeira vez, e seria o caso de renovar aquele
1575mandato para que eles possam concluir os trabalhos. O relatório já está elaborado, eu posso
1576até depois apresentar os principais tópicos. Esse prazo suplementar de seis meses viria
1577apenas para deixar em panos limpos porque na prática o grupo continua funcionando e está
1578avançando em seu trabalho e está próximo de concluir. É só para validar o trabalho que já vem
1579sendo feito. E eles estão próximos de concluir, eu imagino, até pelos próprios prazos do Comitê
1580do Decreto que vão apresentar propostas a partir de abril, final de fevereiro. Então, os trabalhos

1581do Grupo de Adaptação, que subsidiarão, que serão encaminhados para o Grupo
1582Interministerial não podem se estender *ad eternum* senão eles vão perder o trem da história, a
1583possibilidade... Não obrigatoriamente. O normal é acontecer, pela estrutura e porque acaba, de
1584uma maneira ou de outra atraindo bastante os órgãos federais. Então, é mais fácil deslocar...
1585Que são muitas pessoas que teriam que se deslocar para outros lugares. Mas isso dentro do
1586Grupo pode ser trabalhado. O Grupo de Adaptação às Mudanças Climáticas que fez uma
1587reunião no Rio de Janeiro, que foi na seqüência da Reunião Extraordinária do CONAMA, de
1588maio do ano passado, na qual houve um painel de debates sobre mudanças do clima, pedido
1589pelo próprio grupo.

1590

1591

1592 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO - SRH/MMA** – Deixa eu só fazer uma
1593brincadeira com o nosso colega de Goiânia, que reivindicou aí, que tem que ser aqui em
1594Brasília. Não tem problema, pode ser em Goiânia também, a maior cidade satélite de Brasília.

1595

1596

1597 **O SR. THIAGO CAMARGO (ANAMMA)** – Errado. Brasília é a maior cidade do interior
1598de Goiás. E eu disse a maior, não a melhor.

1599

1600

1601 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA)** - Lembrando só que o parecer,
1602a Núbia apresentou os pontos principais. Ele consta aqui do processo e depois, no caso de
1603criação do Grupo, será utilizado para tirar a orientação de direcionamento do trabalho.

1604

1605

1606 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (Secretaria Especial dos Direitos Humanos)** -
1607Eu queria esclarecimento, Fernando: nós aprovando a criação desse Grupo de Compensação
1608de Carbono, ele seria instalado após a conclusão do de Mudanças Climáticas? Sugestão? Pela
1609importância que eu acho que o tema traz para nós, eu acho que, na realidade, seria
1610interessante porque eu acho que complementa inclusive o de Mudanças Climáticas, que até a
1611base ajuda, não seria? Tecnicamente ajudaria a própria definição já do Grupo.

1612

1613

1614 **A SR^a. NÚBIA ELIZABETH DE SANTANA E SILVA (MMA)** – Você fala da conclusão
1615do de Mudanças Climáticas, do outro Grupo de Trabalho?

1616

1617

1618 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (Secretaria Especial dos Direitos Humanos)**
1619– Subsidiaria o outro Grupo.

1620

1621

1622 **A SR^a. NÚBIA ELIZABETH DE SANTANA E SILVA (MMA)** – É porque esses
1623documentos que estão sendo elaborados, tanto a política como o plano, são versões
1624preliminares porque, na verdade, o plano, nós já temos idéia de que o prazo vai ser maior: um
1625ano ou dois anos, porque é um plano nacional, são ações nacionais que vão ser discutidas com
1626vários Ministérios, com ação, inclusive de Estados e Municípios. Então, é uma versão
1627preliminar mesmo para já ir direcionando o documento final mesmo.

1628

1629

1630 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (Secretaria Especial dos Direitos Humanos)** -
1631Agora, tendo em vista o que ela falou ali e a importância que tem essa parte de compensação
1632de créditos de carbono, porque nós temos visto muito, inclusive recentemente até na Amazônia
1633a criação até de investimentos em publicidades sobre a parte do meio ambiente e a
1634compensação de Carbono, quem estão nas Bolsas de valores já estão até começando a atuar
1635nisso. Então, eu acho para que da Economia, o meio ambiente e a economia, eu acho que
1636seriam de grande importância nós levantarmos essa questão de comercialização de Carbono.
1637Então, eu acho que seria realmente, se for possível, eu já estou dando a instalação desse
1638grupo logo após a conclusão preliminar do Grupo de Mudanças Climáticas.

1639

1640

1641 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA)** – Indo então à fonte, ao
1642Regimento do CONAMA: o GT terá prazo de três meses - essa é a regra - para sua instalação.
1643E o prazo para a conclusão dos seus trabalhos será contabilizando a partir da data da primeira
1644reunião. Então, aquele prazo de seis meses contaria só a partir do primeiro dia em que ocorrer
1645a reunião do GT. Então, nós podemos criar o Grupo de Trabalho, como tem esse prazo, eu
1646imagino que nesse período, nós devemos concluir os trabalhos do outro grupo. Então, nós
1647renovamos por seis, mas o grupo já está bem avançado. Até seis. E aí eu imagino que antes
1648desse período... Mesmo por que o objetivo principal do Grupo de Trabalho de Adaptação é
1649fornecer subsídios ao Grupo Interministerial. Então, se o Grupo Interministerial já está
1650trabalhando as suas minutas, as suas pré-propostas, não adianta nós delongarmos demais a
1651nossa discussão e perdermos a oportunidade de encaminhar aqueles que vão efetivamente
1652criar uma política nacional. Então, esse é o objetivo. Só lembrando que o Grupo de Trabalho
1653também, ele deve, após a sua conclusão, encaminhar os seus trabalhos à Câmara Técnica. E
1654aí a Câmara Técnica valida, aprova os encaminhamentos, que podem ser só em termos de
1655relatório de estudo ou podem trazer sugestões de ações mesmo, como proposta de resolução
1656e tal. O coordenador, em tese, deveria sair hoje a menos que... Em tese, mas nada impede que
1657fique para uma próxima reunião, até ser instalado o GT.

1658

1659

1660 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – A questão do coordenador, eu fiz
1661a observação e, às vezes, a gente faz a observação e quem está um pouco não habituado a
1662essa ritualística regimental não percebe a sutileza. Quando eu falei que o coordenador, hoje no
1663Regimento, é um Conselheiro, aqui, por exemplo, de vez em quando você tem umas Câmaras
1664que dos sete três são Conselheiros e quatro são representantes. Esses quatro não podem ser
1665coordenadores com o Regimento de hoje. Pode ser que isso venha a ser modificado,
1666flexibilizando um pouco mais, dando melhor oportunidade de se colocar efetivamente na
1667coordenação de um trabalho técnicos e especialistas representantes das suas respectivas
1668instituições. Eu acho que tem um ganho em termos... E diminui o ônus para aqueles que são
1669Conselheiros, que além de Conselheiros em Plenário, estão aqui presentes como
1670Conselheiros, e ainda vão ter um ônus de coordenação de Grupos de Trabalho, quer dizer,
1671começou a ficar uma coisa inviabiliza. Por isso essa necessidade de revisão, mas hoje, por
1672exemplo, só poderia ser coordenador aquele que é Conselheiro em Plenário.

1673

1674

1675 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** - Vamos encaminhar a votação
1676da seguinte forma, vamos ver se todos concordam: pela aprovação da criação do Grupo de
1677Trabalho de Créditos de Carbono, remetendo esse prazo à criação efetiva ao início dos
1678trabalhos após a conclusão do Grupo de Trabalho de Mudanças Climáticas. Então, dessa
1679forma seria o encaminhamento da aprovação por meio de votação. Tudo bem? Aprovado?
1680Aprovada a criação do Grupo de Trabalho de Créditos de Carbono. Próximo ponto de pauta,
1681item 3, que é o relatório do Grupo de Trabalho de Adaptação e Mudanças Climáticas, informes
1682sobre os trabalhos e a solicitação de prazo suplementar, como dito pelo Fernando, prazo de até
1683seis meses. Fernando, as suas considerações a esse respeito.

1684

1685

1686 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA)** – A Minuta de Relatório está
1687sendo colocada aqui na lousa. Nós não vamos passar por toda ela.

1688

1689

1690 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Fernando, antes de você iniciar,
1691só uma observação de ordem, que é a seguinte: ficou num segundo plano aí colocada a
1692instalação do Grupo de trabalho após a conclusão do Grupo. O Fernando nos acalentou aqui
1693dizendo que o Grupo já está para o seu término, mas pode acontecer um acidente de percurso
1694e passar a prazo superior a três meses. E regimentalmente tem três meses para instalar.
1695Então, na verdade, o que está valendo são os três meses, e rezando e orando para que o outro
1696grupo...

1697

1698

1699 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA)** – O Grupo de Adaptação das
1700Mudanças Climáticas é o Grupo de Trabalho sobre impactos das mudanças climáticas no Brasil

1701e o papel do CONAMA na adoção de medidas de adaptação, ele começou em abril do ano
1702passado. A sua primeira reunião foi em 18 de abril. O Evandro, inclusive participou dela. Ele já
1703era Conselheiro da Câmara, e acompanhou a primeira reunião. Eu lembro. E desde então ele
1704realizou mais quatro reuniões, sendo uma delas foi uma painel de debates, na Reunião
1705Extraordinária do CONAMA, no Rio de Janeiro, na 50ª Reunião Extraordinária do CONAMA.
1706Foi um painel de debates que nós trouxemos grandes personalidades. O Ailson também estava
1707lá. Foi muito bom. Foram algumas das maiores autoridades brasileira e algumas até de
1708referência mundial, vários que integram o IPCC, como a Secretária Telma Kruger, o Dr. Carlos
1709Nobre, José Marengo, Philip Fearnside, do INPA. Foi um painel muito interessante. Todas as
1710apresentações também estão na nossa página do CONAMA. E eles trouxeram uma série de
1711tema e sugestões para a atuação do Grupo. Depois disso, nós fizemos uma reunião no Rio de
1712Janeiro, na seqüência da Plenária, no dia seguinte, onde as pessoas assistiram as
1713apresentações e depois já trouxeram as contribuições para a discussão do Grupo. Depois,
1714mais duas reuniões aqui em Brasília: em agosto, outubro e novembro, onde foi começado a
1715trabalhar então esse relatório. Esse relatório foi feito pela relatora, a Paula Benatti, colega da
1716Núbia, na Secretaria de Mudanças Climáticas. E ele traz uma primeira parte, onde é dado todo
1717um panorama global sobre a mudança do clima, os aspectos científicos e do direito
1718internacional, que já existe: Convenção do Clima, o Protocolo de Kyoto e todas as suas
1719instancias, para depois incorporar a medida que vai ganhando corpo, as propostas que o grupo
1720já vinha amadurecendo. Então, foi incorporado um quadro de ações prioritárias para a
1721adaptação de mudanças do clima. E isso já está sendo trabalhado. Essa é uma versão inicial,
1722que passou na última das reuniões, agora em 20 de novembro do ano passado. E na próxima
1723reunião, a nossa idéia é - a relatora já pegou umas anotações que foram feitas naquele dia. Já
1724têm algumas alterações em cima disso. Então, eu trouxe só para ilustração para esta conversa,
1725mas ele já está disponível na página do CONAMA. Vocês tiveram acesso através da página
1726desta própria reunião. Então, são algumas ações e áreas prioritárias para a questão de
1727adaptação. O Grupo pretende elaborar algumas sugestões de encaminhamentos ao CONAMA,
1728que serão apresentadas à Câmara Técnica, quando o Grupo encerrar os seus trabalhos, e que
1729poderão ensejar a edição de alguma resolução, de alguma recomendação ao CONAMA. Então,
1730esse é o panorama sobre o trabalho desse Grupo. Então, o Grupo vem realizando o seu
1731trabalho. Está nos conformes. Nós pediríamos o aval da Câmara para prolongar esse prazo,
1732que acabou sendo prolongado pela própria ausência de reuniões da Câmara. O Grupo deu
1733seguimento, mas agora precisaria consolidar isso para ficar tudo dentro do Regimento do
1734CONAMA.

1735

1736

1737 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe) -** Mais seis meses? No quadro
1738de vulnerabilidade tem uma palavra aqui que me assusta, não é nada de mais, é brincadeira:
1739“Criar indicadores...”

1740 **O SR. CLEBER RODRIGUES DE PAULA (Caeté ONG's Sul) –** Em nível de bem-
1741estar, considerando os critérios de eficiência, eficácia e efetividade.

1742

1743

1744 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA (Governo Sergipe) -** Então, a proposta encaminhada
1745à votação, pedido de prorrogação de prazo por mais seis meses do Grupo de Trabalho de
1746Adaptação das Mudanças Climáticas. Em votação, quem é pela aprovação, levante o braço.
1747Aprovado por unanimidade. Nós temos que dar continuidade ao ponto 2 da pauta, mas me
1748parece que carece da presença do Doutor Tasso. Então, nós vamos tomar um cafezinho
1749enquanto o Doutor Tasso chega. Dez minutos para um cafezinho, enquanto o companheiro
1750Fernando liga para o Doutor Tasso. Senhores, depois do cafezinho, retornando às nossas
1751atividades, estamos para consolidar a nossa reunião em função da impossibilidade do Doutor
1752Tasso Azevedo, Diretor do Serviço Florestal Brasileiro. O Doutor Tasso iria nos nutrir de
1753informações a respeito do item 2 da pauta, do Relatório do Seminário de Cuiabá. Em função de
1754sua ausência, nós sentimos que há prejuízo para o andamento dessa análise do resto do
1755seminário. A sugestão partiu de Fernando para que nós levássemos para casa ou
1756recebêssemos por *e-mail*, para quem não tem, embora esteja no *site* do CONAMA, e que
1757possamos então fazer uma análise até mais tranquila porque, embora muita coisa que esteja
1758no relatório não diga diretamente respeito a esta Câmara, mas é importante que nós saibamos
1759inclusive por que não diz respeito para saber que nível de transversalidade nós temos que com
1760os Ministérios e com os outros segmentos da sociedade. E o que sobrar para nós, que nós

1761 assumamos com toda responsabilidade que é peculiar a este Conselho. Então, há a proposta
1762 de encerramento da reunião. Então, antes de encerrar, eu gostaria de saber se alguém tem
1763 alguma colocação a fazer. Está aberta a palavra para qualquer informação. Ninguém?

1764

1765

1766 **O SR. CLEBER RODRIGUES DE PAULA (Caeté ONG's Sul)** – Eu só quero
1767 parabenizar os trabalhos, o empenho aqui dos colegas. Eu acho que ontem foi uma aula sobre
1768 a atuação aqui. Eu acho que foi bastante exemplar a atuação aqui da Câmara. E conseguimos
1769 trabalhar um tema que houve polêmicas e conseguimos encaminhar de maneira bastante
1770 madura. E eu queria só deixar esse registro. E considerando que esse assunto de Cuiabá, que
1771 eu estive presente também, levanta um aspecto extremamente importante, que a Câmara
1772 Técnica pode vir a se debruçar, que são esses instrumentos econômicos, que são ferramentas
1773 que também o poder público tem para fazer a gestão ambiental, para fazer políticas públicas na
1774 área do meio ambiente. E o nosso papel aqui como controle social é poder dar legitimidade a
1775 esse processo, acompanhar esse processo e não deixar isso ao sabor do mercado ou ao sabor
1776 das áreas técnicas, mas nós temos que fazer esse acompanhamento. Vimos em Cuiabá que o
1777 seminário foi bastante concorrido, foi uma presença forte, inclusive com o Governador e tal e
1778 demonstra a importância e o interesse que essa matéria desperta. Então, de fato eu acho que é
1779 uma oportunidade e necessidade de esta Câmara trabalhar sobre esse tema. É isso. Então, eu
1780 agradeço a presença dos colegas e da platéia aqui presentes.

1781

1782

1783 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** - Eu também queria relatar o
1784 meu prazer imenso de conhecê-los, novos amigos, novos companheiros que eu não conhecia.
1785 Eu faço parte também do Plenário do CONAMA e estarei, nos dias 11 e 12, estaremos juntos
1786 com alguns de vocês. Eu acho ontem foi uma lição bem interessante se considerarmos que
1787 aquele processo já, parece, que desde 2003 e 2004, que nós conseguimos consolidar na tarde
1788 de ontem, com todos os sentimentos e rancores e, de certa forma, até algumas atitudes um
1789 pouco mais ou menos infantis, mas isso faz parte. A dinâmica é essa mesma, isso faz parte. Eu
1790 tenho muito prazer em estar aqui com vocês, estar presidindo. Eu cheguei à fogueira porque
1791 não tinha a memória de tudo isso. Não é brincadeira você chegar sem ter essa memória. Eu
1792 agradeço muito ao companheiro Fernando, que nos *e-mails* e na minha chegada me
1793 recepcionou muito bem e foi muito honesto comigo, me ajudou muito aqui na direção deste
1794 Conselho. Eu tenho muito orgulho de ser presidente desta Câmara. Eu fui escolhido para isso e
1795 haverei de cumprir esse papel, se Deus quiser. E espero que num processo de interiorização
1796 dos Conselhos propostos pelo Tiago, que nós possamos uma dessas reuniões num Estado
1797 pequenininho, mas extremamente agradável, que é o Estado de Sergipe. Quem sabe, nós
1798 podemos inclusive discutir lá mais a questão da Bacia do São Francisco e toda essa discussão
1799 em torno da Bacia, o que acontece por lá.

1800

1801

1802 **O SR. EVANDRO AMÉRICO COSTA (CNI)** - Eu só gostaria de saber, presidente, se
1803 vocês têm uma próxima data para essa reunião da Câmara.

1804

1805

1806 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** - Há a possibilidade de que essa
1807 reunião aconteça em abril ou maio, que não seja dia 3 de maio, que é dia do meu aniversário,
1808 mas a priori há um indicativo para abril.

1809

1810

1811 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (Secretaria Especial dos Direitos Humanos)**
1812 – Nós queríamos agradecer... É a primeira reunião que eu participo. Estou estreando aqui na
1813 Câmara. É a primeira reunião que eu participo. E eu acho para mim foi muito interessante essa
1814 discussão. Nós aprendemos bastantes coisas aqui ontem. Eu sou funcionário do INCRA.
1815 Então, é a área que eu milito, a parte de meio ambiente e mexo com conflito agrário. E a parte,
1816 inclusive, da Amazônia, todos os dias há desmatamentos. Eu tenho visto *in locu* essas coisas
1817 todas. Então, nós temos passado por isso no dia-a-dia. Então, para mim está sendo uma
1818 experiência boa de tentar, junto com vocês, chegar a fazer alguns indicadores para ver se nós
1819 conseguimos segurar essa barra do meio ambiente, que não é fácil. Evitar os conflitos, não só
1820 para mim, nos Direitos Humanos, todos os dias é mata um aqui, mata outro lá por causa do

1821meio ambiente. Mas, Rondônia, Pará e Mato Grosso não é fácil e nós temos enfrentado muito
1822essa parte de crimes ambientais muito grave. Eu tenho ido, inclusive, às vezes, em alguns
1823lugares, até com a Polícia Federal junto para proteção porque não é fácil, alguns lugares
1824violentos, essa parte de crimes ambientais não é fácil. Então, para mim está sendo uma
1825experiência nova para mim nesse sentido de participar desta Câmara. E também eu ia sugerir,
1826mas já foi feita a próxima reunião, que foi mais para abril ou maio. Era isso que eu perguntar. E
1827agradecer a vocês, inclusive me ensinar um pouco. E parabenizar o Fernando pelas
1828orientações, que foi muito importante para nós, para nós tentarmos fazer o nosso trabalho.
1829Obrigado, gente.

1830

1831 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

1832

1833

1834 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe) –** Vai o texto sem os anexos.
1835Agora, ficou mais ou menos deliberado, de maneira informal: esse texto, uma vez analisado na
1836Plenária do CONAMA, se houver alguma proposta de agradecer aqueles indicadores, eu, como
1837presidente, vou pedir vistas do processo porque pela segunda vez teria que ser nesse sentido
1838porque nós vamos ter que discutir como é que faz isso, porque, é claro que nós não vamos
1839aceitar que aqueles indicadores sejam engolidos goela a baixo.

1840

1841

1842 **O SR. AILSON SILVEIRA MACHADO (Secretaria Especial dos Direitos Humanos) -**

1843Foi rejeitado isso aqui, no caso.

1844

1845

1846 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe) –** Como base, como emenda. Se
1847for apresentado como emenda para que nós criemos corpo para não aceitar porque a questão
1848é a seguinte: não dava para fazer as duas coisas. Então, vai o texto. O texto está bonitinho,
1849está bastante mastigando, vai o texto. Agora, é claro que nós entendemos que os indicadores
1850não são ideais. Não é que não estejam bons, mas não são ideais, precisam de algum
1851acrécimo, de um estudo que possa ser feito num seminário, sem nenhum problema. A história
1852ficou assim. O que vai é o texto. Agora, fica definido que se qualquer emenda quiser agregar a
1853história de indicadores da forma como estava sendo colocada, nós não aceitamos. Aceitamos
1854sim... Vamos sugerir, inclusive, no Plenário, que haja o seminário para que esses seminários
1855possam ouvir o pessoal do Instituto, dentro das realidades de outros países e consolidar então
1856os indicadores. Esse é o encaminhamento.

1857

1858

1859 **O SR. THIAGO CAMARGO (ANAMMA) –** Presidente, eu tinha até brincado com o
1860Evandro aqui antes que ia deixar para dar os parabéns extra-oficialmente para não dar trabalho
1861para a Estenotipista, que é realmente algo admirável. Eu achei fantástico o trabalho desse
1862pessoal. Eu vou ser redundante e parabenizar o trabalho da Câmara. Eu fiquei extremamente
1863orgulhoso de ter participado de uma discussão tão efervescente e que acabou rendendo um
1864produto tão bonito porque nós partimos de uma vontade de não fazer nada, que foi o que
1865aconteceu, e acabamos fazendo tudo. E eu gostei particularmente de ter participado desse
1866movimento. E talvez seja a minha primeira e última participação nesta Câmara porque eu sou
1867só representante, eu não sou nem titular e nem suplente. Eu estou como titular e suplente em
1868outras cinco Câmaras. Então, muito pouco provavelmente eu participei desta novamente, mas
1869eu quero deixar aqui muito claro que foi um prazer, foi extremamente interessante, eu aprendi
1870bastante e foi bem gostoso participar... Da Jurídica eu saí, ficou o Rodrigo Silveira Costa no
1871meu lugar. E desejar a esta Câmara um bom trabalho daqui para frente. É no que precisar, eu
1872estarei sempre à disposição para qualquer discussão. Quando tiver o Grupo de Trabalho é
1873aberto a todo mundo mesmo, podem contar comigo, que eu vou ficar muito feliz em participar.
1874E muito obrigado.

1875

1876

1877 **O SR. FERNANDO ANTUNES CAMINATI (CONAMA) -** Só para concluir, também
1878agradecer a presença de todos. Eu acho que foi uma reunião bem ativa, bem intensa. Esta
1879Câmara precisava desse pulso. E dizer sobre a próxima reunião, nós ficaríamos para mais ou
1880menos abril ou maio, como nós conversamos antes, o presidente já falou. E provavelmente à

1881espera da evolução dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Clima porque nós precisamos ter
1882pauta. Nós andamos com todos os processos que a Câmara tinha nesta reunião de hoje, foi
1883muito bom por esse sentido também, e aguardando o relatório que virá do GT sobre Adaptação
1884e Mudanças do Clima e de eventuais dessa nova leitura que nós faremos sobre o Relatório de
1885Cuiabá, que eu deixei nas mãos dos senhores, e a instalação do GT de Carbono. Então, por
1886isso vamos deixar mais para frente para ter essa pauta.

1887

1888

1889 **O SR. GENIVAL NUNES SILVA - (Governo Sergipe)** - Então, às 16h28min do dia 12
1890de fevereiro de 2008, declaro encerrada a reunião da Câmara Técnica de Economia e Meio
1891Ambiente. Boa tarde a todos. (*Palmas*).